



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A influência das praças no traçado urbano e nos planos urbanísticos da cidade de Macapá: Praça Veiga Cabral e Praça Barão do Rio Branco¹

Marcelle Vilar da Silva

CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa

Paulo Pereira Almeida

CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa

Sessão Temática 6 : Cidade, história e identidade cultural

Resumo. Procura-se aqui demonstrar a relação das Praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco com a formação do seu traçado urbano e com os planos urbanísticos elaborados de 1960 à 2004 para Macapá. Inicia-se pela pesquisa bibliográfica acerca dos acontecimentos históricos até a fundação da cidade, do urbanismo português na Amazônia, dos planos urbanísticos e sobre as transformações que ocorreram nas duas praças até os dias de hoje, em seguida analisa-se a composição formal das praças e do primeiro projeto urbano da cidade e os projetos para as praças no contexto dos planos urbanísticos. Verificou-se que, as duas praças são os elementos geradores do traçado urbano da cidade, apresentando-se como ortogonal de sentido linear e perpendicular ao Rio Amazonas, sendo considerado pioneiro no urbanismo português no Brasil, pelas suas duplas praças e duplo eixo vertical, diferente da forma usual quadrada da malha e da praça única. Quanto aos planos, até o plano de 1977, as duas praças tiveram muita importância, sendo utilizadas como um norteador para planejamento e muitos projetos de praças e parques foram elaborados. No plano de 2004, não são feitas proposições para as duas praças que atualmente, perderam espaço para outras praças criadas mais recentemente.

Palavras-chave. Traçado urbano; Planos urbanísticos; Praças; Cidades Amazônicas; Macapá.

The influence of squares in the urban layout and urban plans of the city of Macapá: Veiga Cabral Square and Barão do Rio Branco Square

Abstract. *The purpose here is to demonstrate the relationship between the Veiga Cabral and Barão do Rio Branco squares with the formation of their urban layout and the urban plans developed from 1960 to 2004 for Macapá. The study starts with a bibliographic research about the historical events until the foundation of the city, the Portuguese urbanism in Amazonia, the urban plans and the transformations that have occurred in the two squares until today. Then, the formal composition of the squares and the first urban project of the city is analyzed, as well as the projects for the squares in the context of the urban plans. It was verified that the two squares*

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico com a referência UIDB/04008/2020.

are the generating elements of the city's urban layout, presented as orthogonal in a linear direction and perpendicular to the Amazon River, being considered a pioneer in Portuguese urbanism in Brazil, for its double squares and double vertical axis, different from the usual square shape of the grid and the single square. As for the plans, until the 1977 plan, the two squares were very important, being used as a guide for planning and many projects for squares and parks were elaborated. In the 2004 plan, no proposals are made for the two squares, which have now lost space to other squares created more recently.

Keywords: Urban layout; Urban plans; Squares; Amazonian cities; Macapá.

La influencia de las plazas en el trazado urbano y en los planes urbanísticos de la ciudad de Macapá: Plaza Veiga Cabral y Plaza Barão do Rio Branco

Resumen. Este trabajo pretende demostrar la relación entre las plazas Veiga Cabral y Barão do Rio Branco con la formación de su trazado urbano y los planes urbanísticos desarrollados entre 1960 y 2004 para Macapá. El estudio parte de una investigación bibliográfica sobre los acontecimientos históricos hasta la fundación de la ciudad, el urbanismo portugués en la Amazonia, los planes urbanísticos y las transformaciones ocurridas en las dos plazas hasta la actualidad. A continuación, se analiza la composición formal de las plazas y el primer proyecto urbanístico de la ciudad, así como los proyectos para las plazas en el contexto de los planes urbanísticos. Se constató que las dos plazas son los elementos generadores del trazado urbano de la ciudad, presentándose como ortogonales y en sentido lineal perpendicular al río Amazonas, siendo consideradas pioneras en el urbanismo portugués en Brasil, por su doble cuadrícula y doble eje vertical, diferente de la forma cuadrada habitual de la malla y de la plaza única. En cuanto a los planes, hasta el plan de 1977, las dos plazas fueron muy importantes, ya que se utilizaron como guía para la planificación y se elaboraron muchos proyectos de plazas y parques. En el plan de 2004 no se hace ninguna propuesta para las dos plazas que ahora han perdido espacio en favor de otras plazas creadas más recientemente.

Palabras clave: Diseño urbano; Planes urbanos; Plazas; Ciudades amazónicas; Macapá.

1. Introdução

A cidade de Macapá possui muitas praças em sua área central, duas delas, a Praça do Barão do Rio Branco e a Praça Veiga Cabral, localizadas no bairro Central, se apresentam com certo destaque por estarem bem próximas ao rio, pela sua relação com o entorno dos principais e mais antigos patrimônios da cidade, a Fortaleza de São José de Macapá e a Igreja de São José que está localizada em uma delas.

Observando documentos da época da fundação da cidade, datada de 1758, nota-se, pela dimensão de dois grandes retângulos vazios, em destaque do resto da malha urbana da época, a disposição das duas praças. Compreende-se então, a importância das mesmas no núcleo urbano primário da cidade, sendo fundamental entender como essa composição espacial se deu, quais suas influências, qual era a importância de uma praça naquele período, o que elas representavam para o resto do traçado urbano, para assim poder entender a configuração da cidade de hoje.

Buscou-se primeiramente, traçar esse paralelo entre as praças e o traçado urbano de Macapá, pretende-se então, analisar a influência das Praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco no traçado urbano da cidade de Macapá. Para isto, foi necessário realizar uma revisão de literatura sobre da ocupação da região e a fundação da cidade, até o primeiro momento em que as praças aparecem inseridas no desenho da cidade. Foi necessário também pesquisar sobre as vertentes que influenciaram a composição da cidade, neste caso, o urbanismo português e o urbanismo pombalino, qual sua origem e como ele foi implantado no Brasil, mais especificamente na Amazônia.

Compreendidas as influências e o contexto histórico, político e social da época, que estarão reproduzidas no espaço urbano, analisa-se a composição formal das praças em si, demonstrando

como se chegou a sua geometria, suas dimensões, a definição dos edifícios que nelas constavam, desconstruindo sua forma para esclarecer como estas influenciam o traçado urbano.

Na segunda parte do trabalho, para entender o papel desempenhado pelas praças em diferentes momentos vivenciados na cidade, realizou-se uma análise dos planos urbanísticos de Macapá de 1960 até 2004, destacando neles todas as diretrizes voltadas para praças, buscando compreender a importância dada a este equipamento urbano em cada um dos planos, com enfoque nas Praças Veiga Cabral e do Barão do Rio Branco. Durante esses 262 anos de existência, as duas praças e seu entorno imediato, passam por muitas transformações, ditadas pelo contexto social, pelos planos urbanísticos e pela pressão do mercado imobiliário.

2. Enquadramento histórico do surgimento da cidade de Macapá

Neste capítulo procura-se estabelecer de forma cronológica os acontecimentos mais relevantes desde a formação da primeira ocupação, até a fundação oficial da cidade de Macapá, para elucidar quais foram as influências do contexto político e social da época na implantação e na composição das praças a serem analisadas.

Faz-se necessário esclarecer que a região que hoje compreende o Estado do Amapá, fazia parte da Província do Grão-Pará e Maranhão, conhecida como “Terra do Cabo do Norte”, que segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494, pertencia à Espanha.

Seguindo a ordem cronológica dos fatos, os acontecimentos estão descritos a seguir :

- 1500 – Os primeiros europeus chegam à região Amazônica em fevereiro de 1500, com a expedição do espanhol Vicent Pizón, aportando no trecho entre o Maranhão e o Amapá. Em fevereiro de 1500 outro espanhol, Diogo Lepe também chega à Amazônia, na desembocadura do Rio Amazonas, seguindo pela foz do Rio Oiapoque, contornando as Guianas e voltando pela Venezuela e só em abril de 1500 é que Pedro Alvares Cabral “descobre” o Brasil. (AMORAS e VILHENA AMORAS, 2010; MEIRELLES FILHO, 2009; URGUES, 2003)
- 1610 – Primeiros registros de tentativa de colonização da região do Amapá: disputas entre holandeses, franceses e ingleses. Holandeses teriam feitorias entre o Jari e Macapá, na região dos Tucujus (SARNEY e COSTA, 1999, p. 48)
- 1632 – O Forte de Cumaú é construído por Roger Frey, onde hoje se localiza o município de Santana, cidade vizinha à Macapá, pela companhia inglesa. Neste ano foi arrasado pelos portugueses, a comando de Feliciano Coelho de Carvalho, enviado por seu pai, o governador da capitania do Maranhão, Antônio Coelho de Carvalho (TOSTES e TAVARES, 2014, SARNEY E COSTA, 1999, p. 76)
- 1688 – É erguida a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá: primeira fortificação portuguesa na região, é erguida onde ficava o Forte de Cumaú, pelo capitão-mor da Capitania do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho, em Santana (ARAÚJO, 1998, p. 147).
- 1697 – A Fortaleza de Santo Antônio de Macapá é invadida pelos franceses, sob o comando do Marquês de Ferroles (ARAÚJO, 1998, p. 147).
- 1698 – A Fortaleza de Santo Antônio de Macapá é recuperada pelos portugueses sob o comando de João Muniz de Mendonça Furtado e Francisco de Sousa Fundão, que detêm a invasão, porém a fortaleza não resiste. (ARAÚJO, 1998, p. 147).
- 1713 – Tratado de Utrecht: assinado pelos reis Luis XIV, da França e D. João V, de Portugal, estabelece as fronteiras entre Brasil e França e define os limites do Amapá, pacificando temporariamente as disputas entre portugueses, ingleses, holandeses e franceses (ARAÚJO, 1998).

- 1738 – João de Abreu Castelo Branco, loca um destacamento militar em Macapá, o então governador da província do Grão-Pará, em outubro escreve para o rei D. João V, sobre a situação calamitosa da fortificação de Santo Antônio de Macapá e pede para tomar providências (SARNEY E COSTA, 1999, p. 115)
- 1740 – O projeto inicial da Fortaleza de São José é concebido: o novo projeto de fortificação é encomendado ao Reino, sendo encarregado o sargento-mor Manuel de Azevedo Fortes, e desenhado sob sua aprovação, pelo seu discípulo Manuel Luís Alves e fazia parte de um complexo de 12 fortificações naquela região
- (ARAÚJO, 1998, p.147). Em carta régia de 9 de fevereiro de 1740, o rei manda que o governador construa a fortaleza no mesmo lugar onde já existe o destacamento, mas o recurso não foi enviado e nada foi feito. O próximo governador, Francisco Pedro de Mendonça, insiste novamente da necessidade da Fortaleza com o rei, porém nada é feito, mais uma vez (SARNEY E COSTA, 1999, p. 115).
- 1748 – Em 23 de julho, Mendonça Furtado recebe instruções régias para as missões no Cabo do Norte para cuidar “logo em estabelecer não só povoações, mas também defesa para fazer a barreira deste estado por esta parte” (ARAÚJO, 2012, p.45)
- 1751 – Data da criação do povoamento de Macapá, que estava nos planos do administrador português Mendonça Furtado, quando traz os primeiros colonos para se fixarem na região. Em 1751 decide-se melhorar esse equipamento e instalar uma nova comunidade nas imediações. Passou instruções ao capitão-mor João Batista de Oliveira que foi estabelecer a nova vila de S. José de Macapá. (SARNEY E COSTA, 1999, p. 116) “Uma das primeiras providencias, de Mendonça Furtado no governo do estado foi enviar uma expedição com colonos açorianos para fundar a nova povoação e fortaleza de Macapá, que partiu de Belém em 19 de dezembro de 1751” (ARAÚJO, 2012, P.46)
- 1752 - Em 25 de janeiro em carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real fala que “A mim me parecia que com o grande estabelecimento que tem podia fazer cidade, porque de primeiros povoadores há 600 pessoas brancas” instaladas no local onde hoje localiza-se Macapá. (ARAÚJO, 2012, P.46) “O encarregado da instalação da vila foi o ouvidor João da Cruz Dinis Pinheiro, enviado em 1752 para Macapá e que, desde aquele ano até a sua morte em 1757, seria o seu principal dinamizador” (ARAÚJO, 2012, P.46)
- 1755 – Primeiros registros da planta do povoado de São José de Macapá: em 02 de abril, João da Cruz Dinis Pinheiro, em carta enviada para Mendonça Furtado e para o bispo do Pará, encaminha juntamente as primeiras plantas do local. (ARAÚJO, 1998, p.150).
- 1757 – Retirada dos missionários jesuítas da região amazônica pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do primeiro ministro português Marquês de Pombal, estabelecendo o controle da Amazônia de forma descentralizada. (VICENTINI, p. 92, 2004 apud TOSTES e TAVARES, 2014).
- 1758 – Fundação oficial da Vila de São José de Macapá: em 4 de fevereiro, é erguido o pelourinho na Praça de São Sebastião, (atual Praça Veiga Cabral), fundando oficialmente o antigo povoado, a vila com nome que homenageia o rei de Portugal D. José I. Mendonça Furtado presidiu a sua elevação a vila, “com seu meio milhar de habitantes, era sem dúvida um dos maiores centros urbanos do Norte, e merecedor da regalia”. (SARNEY E COSTA, 1999, p. 122)
- 1759 - Uma planta mostra como Macapá foi planejada. Um traçado retilíneo com duas praças quadrangulares. As “duas grandes praças, de São João e de São Sebastião, homenageavam o rei anterior e o ministro de D. José, irmão de Mendonça Furtado” (ARAÚJO, 2012, P.56)
- 1761 – É construída uma fortificação provisória na Vila de Macapá: em março, Melo e Castro foi a Macapá para a inauguração da igreja nova. Constatou então a fragilidade das defesas da cidade e do rio e encarregou Gaspar João Geraldo Gronfelds de solucionar

esse problema e já em 31 de julho a obra estava pronta. (SARNEY E COSTA, 1999, p. 122)

- 1764 – Início da construção da Fortaleza de São José de Macapá: com a elevação à vila, há necessidade de reestruturação da guarnição militar. O então governador do Grão Pará, Ataíde Teive, inicia a construção da Fortaleza, projetada e iniciada pelo engenheiro militar italiano, ajudante e depois sargento-major de infantaria, Enrico Antonio Galluzzi de Mantova (Lombardia). Em 2 de janeiro de 1764, na presença do governador, a construção começou a ser delineada no solo. Em 29 de junho foi lançada a primeira pedra. (SARNEY E COSTA, 1999, p. 122)
- 1769 – Antonio Galucio morre, paralisando as obras, ele é substituído por João Geraldo Grafelts.
- 1777- Morte do rei de Portugal D. José I e queda do Marquês de Pombal (ARAÚJO, 2012, P.46)
- 1782 – Em 19 de março, a Fortaleza de São José é inaugurada com partes do seu projeto ainda não executadas e já começa aí o seu abandono. (SARNEY E COSTA, 1999, p. 125)

Como já se sabe, o domínio de Portugal só estabelece de fato na Amazônia, sob a atuação do primeiro ministro português Marquês de Pombal. É no período Pombalino (1750-1777) que Macapá é fundada, a região ganhou atenção especial do governador Mendonça Furtado sob o comando de Pombal, e é também, depois da queda do Marquês que amarga um período de abandono. Passaram-se setenta anos, desde a primeira ocupação portuguesa na área, ainda em Santana, em 1688, até a oficialização da Vila de São José de Macapá, por Portugal, em 1758.

3. A relação da praça e do traçado urbano no urbanismo português no Brasil

Sabe-se que o urbanismo português foi influenciado pela Itália, principalmente no século XVI e depois por França e Holanda, no século XVIII. Não é à toa, que engenheiros franceses foram contratados para trabalhar na restauração de Portugal. Esse urbanismo é conduzido pelos engenheiros militares, a partir do século XVI, e sobretudo do século XVII e experimentado nas colônias, principalmente no Brasil. (MARQUES, 2004)

Essa influência dos mestres italianos ressalta os princípios de “simetria e a geometria retilínea dos desenhos das cidades do urbanismo português, ou seja, com linhas perpendiculares.”. Era quadrangular a forma ideal da cidade, e precisava ter ruas retas e largas, baseada nos antigos esquemas romanos do “decumano (rua orientada a leste-oeste) máximo, mínimo e do cárdio (cardo, rua com orientação norte-sul), base estrutural do “castrum” (acampamento) militar. (FONTANA, 2005, p. 26)

Segundo Santos (1968), apud Marques (2004), as cartas régias para a criação das cidades brasileiras eram mais ou menos padronizadas, onde se cobrava a determinação do lugar da praça, que no meio deveria se erguer o pelourinho e locar a área do edifício da igreja. A área das casas com seus quintais precisaria ser delineada por linha reta, o lugar para a casa da Câmara também necessitaria ser designado e todas as casas dos moradores externamente tinham que ter o mesmo perfil e a mesma largura das ruas tem de ser conservadas sempre. Demonstrando a preocupação com a padronização e o traçado urbano e das edificações, onde a dimensão da povoação está, na maioria das vezes, atrelada a dimensão da praça principal.

Segundo Almeida (s.d.), apud Araújo (1998), a cidade pombalina trazida para o Brasil, é baseada não em edifícios, mas em espaços urbanos, os “espaços-rua” e “espaços-praça”, cheio de significados, sendo o primeiro o que fundamenta a estrutura urbana, que vem da prática do arruadores que desenhavam as cidades pelas ruas, já o segundo representava espacialmente o

poder colonizador, é o equipamento instalador dos espaços coloniais, onde a as “frentes-fachadas” simples e uniformes ao seu redor, também a destacam, uma herança do urbanismo pombalino.

A influência romana é clara no urbanismo português, e na aplicação deste no Brasil. Sitte (1992) afirma que praças centrais de mercado, gregas e romanas, possuem um cuidado com a escala e com as visualidades dos planos de rua e mistura de usos, assim como as primeiras cidades portuguesas com praças únicas.

É na praça que se concentram os edifícios mais relevantes e no Brasil, apesar da maioria das cidades ter somente uma praça, houve as que começaram a serem desenhadas com duas praças, uma para a igreja e outra para o pelourinho, como as cidades de Silves (1759) e Macapá (1758), as duas localizadas na região Amazônica. (MARQUES, 2004).

4. Praça Veiga Cabral (São Sebastião) e Praça Barão de Rio Branco (São João)

Segundo Araújo (1998), os primeiros registros de plantas da atual cidade de Macapá, que hoje faz parte do bairro Central, onde já constam as praças na época denominadas São João (em amarelo) e São Sebastião (em verde), datam de 02 de abril 1755 (Figura 01), e foram elaboradas pelo ouvidor João da Cruz Diniz Pinheiro. O povoado é limitado pela presença de corpos d'água (delimitados de azul), identificados no mapa com a escrita lago (circuladas em vermelho), nota-se um grande lago à esquerda das praças e outro abaixo delas.

O nome da Vila de São José de Macapá, faz uma clara alusão ao rei D. José I, e as duas praças, São João e São Sebastião, homenageavam o rei anterior, D. João e o ministro de D. José, Marquês de Pombal, irmão de Mendonça Furtado, que se chamava Sebastião José de Carvalho e Melo. (ARAÚJO, 2012).

O mapa mostra que o povoado está concentrado mais ao norte, e ao sul foram instalados os militares, onde se estabeleceu o núcleo inicial formado pelo capitão-mor João Batista de Oliveira, em 1751, locados intencionalmente separados do povoado pelo lago, para evitar desordens, segundo relatos do ouvidor (ARAÚJO, 1998).

Destaca-se no mapa o desenho as duas grandes praças, ainda dimensionadas de forma desigual. Araújo (1998) relata que elas possuíam dimensões em torno de 64x72 braças² na Praça São Sebastião e 80x72 braças na Praça São João, que correspondem, respectivamente a 140,80mx158,40m e 176m x158,40, obtendo-se uma área de 22.302,72 m² e 27.878,40 m².

² Uma braça é igual a 2,20 metros, medida de ponta a ponta de cada braço aberto dos dedos maiores das mãos.

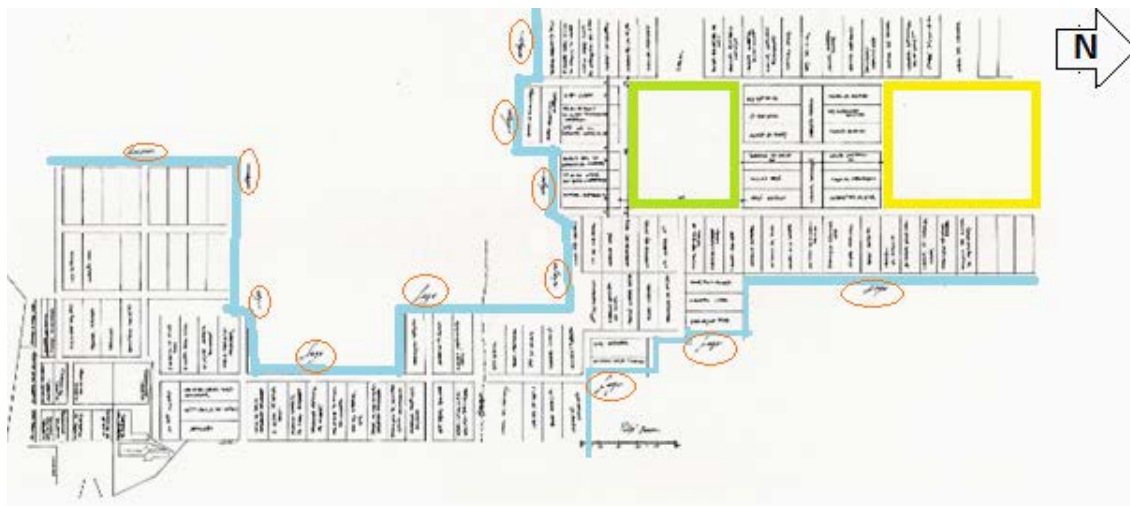


Figura 1. Planta do povoado de São José de Macapá por João da Cruz Diniz Pinheiro, em 1755, editado pelos autores (fonte: Araújo, 1998)

Posterior a planta de 1755, há mais dois registros da época, a “Planta Iconográfica”, de 1759, de Tomás Rodrigues da Costa (Figura 04), e a de 1761, tirada a mando do governador do Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro, elaborada pelo capitão engenheiro João Geraldo Gaspar Gronsfeld, onde as praças aparecem com suas dimensões alteradas (Figura 02), ficando ambas com 84x72 braças, logo, 184,80mx158,40m, uma área de 29.272,32m², como é demonstrado pela planta de Renata, onde as marcações em vermelho, mostram a planta anterior de 1755, sobre a nova planta de 1761. Sendo reformuladas para obterem uma relação proporcionada, a “proporção sexquiesstia”, como se denominava na época “que é uma figura cujos lados estão um para o outro numa relação de 7/6, ou seja, um retângulo que se forma a partir do quadrado acrescentado da sua sexta parte” Os aperfeiçoamentos das praças dotam-nas de “uma coerência mais evidente em termos da linguagem projectual” e destacam agora ausência de hierarquia entre elas. (ARAÚJO, 1998, p. 159).

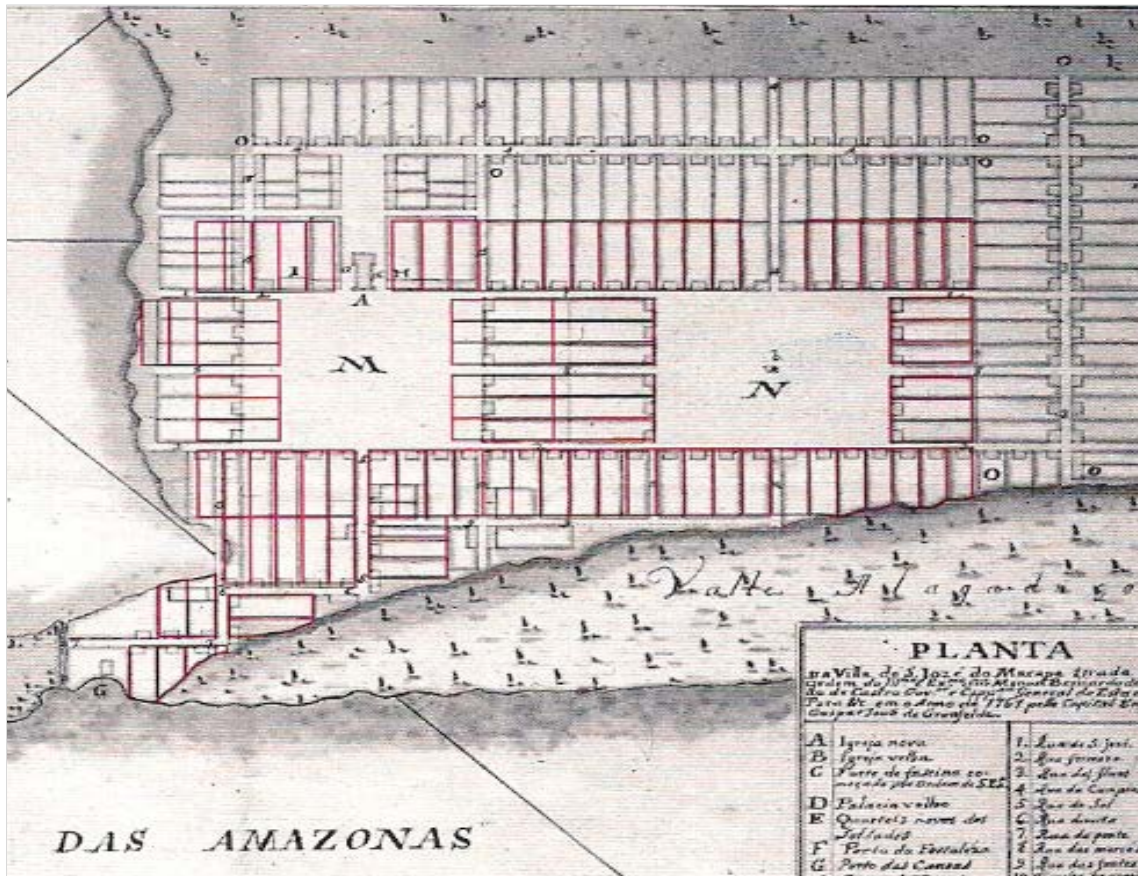


Figura 2. Recorte da Planta do povoado de São José de Macapá de Gronsfeld, em 1761, com a sobreposição da planta antiga de 1755, em vermelho (fonte: Araújo, 1998)

Na planta de Gronsfeld (Figura 03), tentando-se realizar uma leitura da legenda original, foi possível identificar as seguintes inscrições: A – igreja nova; B – igreja velha (não foi possível localizar); C – Forte; D – Palácio velho; E – Quarteis novos dos soldados, F – Porto, G – Porto, H - Casa do Vigário; I – Casa da câmara; L – Açougue; N – Praça São João; M – Praça São Sebastião, O – Casas novas e P - Casa do Comandante. E os números que identificam as ruas, onde as informações da legenda foram complementadas, através de nomes levantados por Araújo (1998), são: 1 – Rua São José (vermelho); 2 – Rua Formosa (azul); 3 – Rua das Flores (verde) ; 4 – Rua da Campina (amarelo) ; 5 – Rua do Sol (rosa) ; Rua Direita ou Travessa do Lago (verde escuro); 7 – Rua da Ponta (azul escuro); 9 – Rua das Fontes (laranja) ; 16 – Travessa do Espírito Santo (roxo) e 17 – Travessa de Santo Antônio (lilás), as demais não foram possíveis de se identificar.

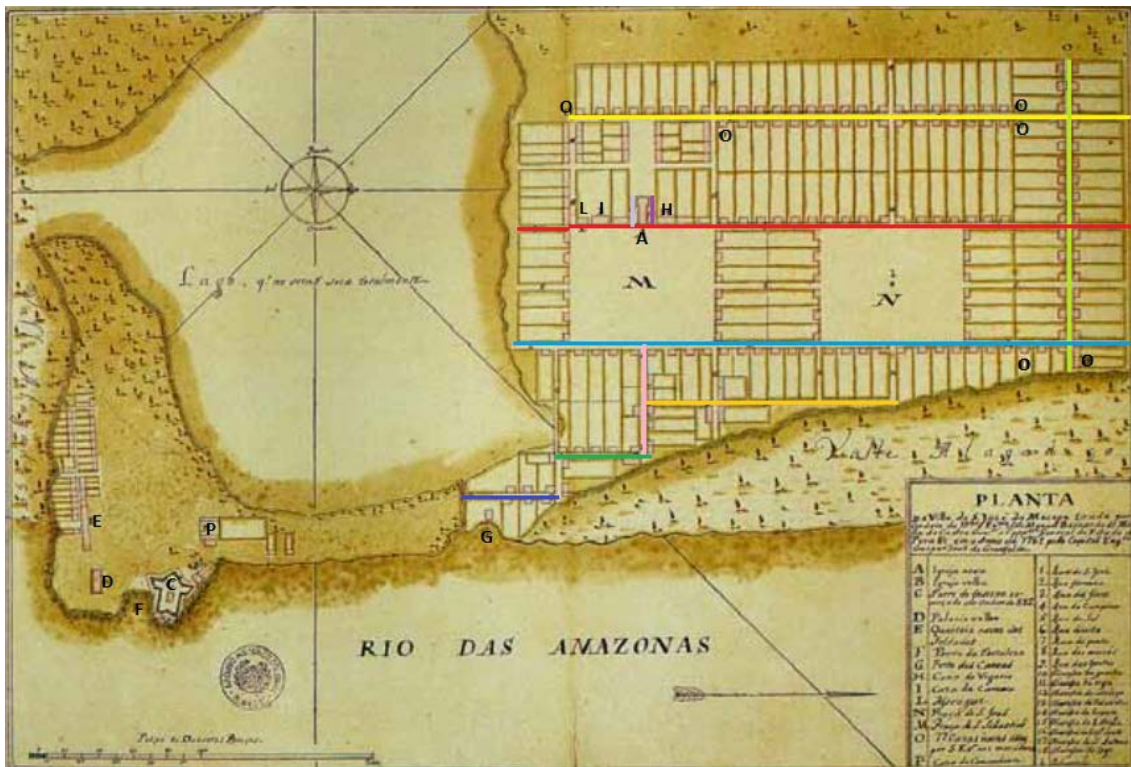


Figura 3. Recorte Planta do povoado de São José de Macapá por Gronsfeld, em 1761 (fonte: Araújo, 1998)

No plano de expansão da Vila de São José de Gronsfeld, a Rua das Flores (atual Av. Raimundo Álvares da Costa) a oeste e a Rua da Campina (atual Rua Tiradentes) a norte, são os novos eixos viários que limitam a cidade.

Na Figura 04, identifica-se algumas ruas, a Rua São José, que permanece com o mesmo nome da época e é a rua principal do centro comercial da cidade atualmente, e as Travessas do Espírito Santo e Santo Antônio, que foram fechadas e já não existem mais, eram as ruas das laterais da Igreja de São José (A), ainda existente, (ARAÚJO, 1998). Vê-se ainda na planta, a Casa do Vigário (H), Casa da Câmara (I) e o açougue (L), nenhuma destas edificações foi mantida.

Quanto ao projeto interno da vila, destaca-se:

[...] foi pensado ao pormenor pelo engenheiro Tomas Rodrigues da Costa, que desenhou a igreja, a câmara e o modelo das casas dos moradores, que deveriam ser todas iguais. Um código de posturas municipais viria reforçar este sentido da beleza da regularidade das fachadas, que deveriam ser mantidas pelos moradores. O discurso da civilidade pretendida era dado pela forma regular e bela da vila (ARAÚJO, 2012, p.56).

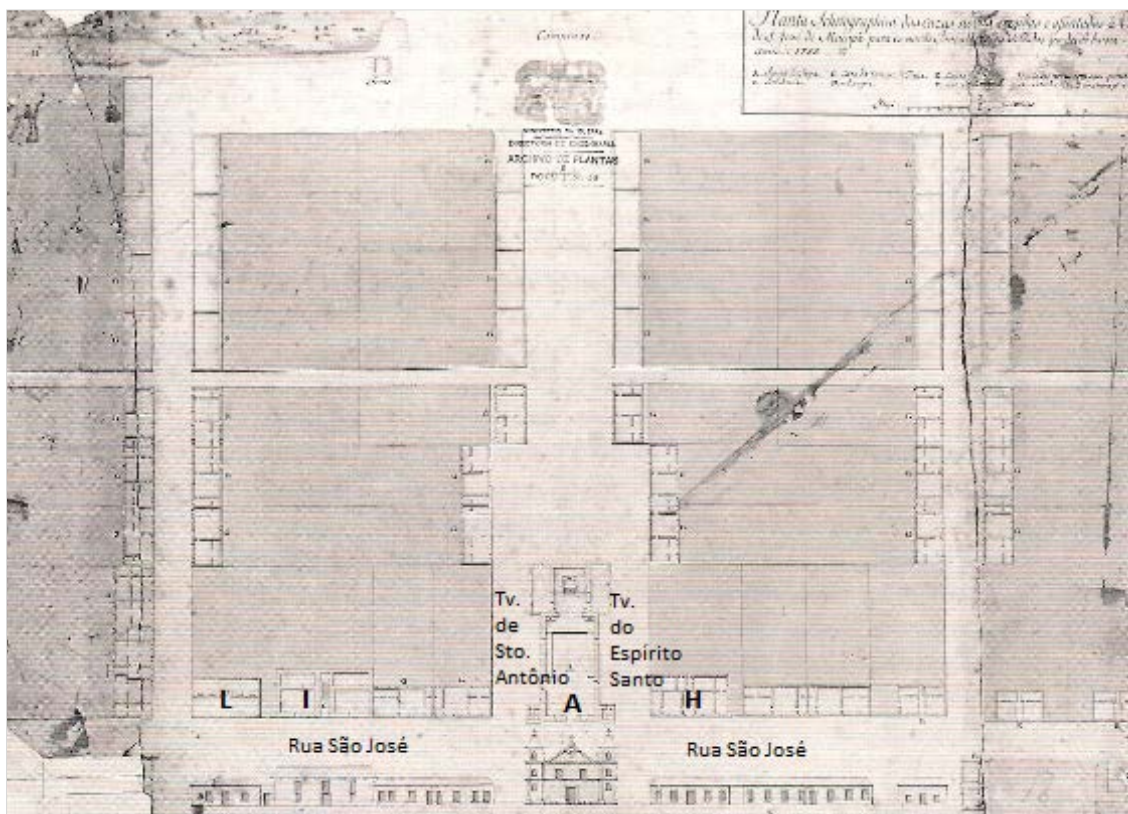


Figura 4. Planta Iconográfica de 1759, de Tomás Rodrigues da Costa, editado pelos autores. (fonte: Araújo, 1998)

É importante ressaltar, que não só a grandiosidade das praças, como também a sua duplicidade, são características que destacam Macapá das demais vilas até então instaladas na Amazônia e no Brasil, visto que, as praças duplas eram incomuns no urbanismo português. Suas dimensões estão acima dos padrões das praças das cidades fundadas no Brasil, o que se relacionaria talvez, “com a própria escala dos espaços amazônicos” que quando são duplicadas, “duplicam também a sua própria grandeza” (ARAÚJO, 1998, p.167)

5. Análise compositiva das praças

Várias análises foram feitas por Araújo (1998) para assim tentar entender a origem da grandiosidade e da duplicidade das praças, uma delas dentro do campo simbólico, poderia se relacionar a representação do “Grande Rio Amazonas” ou ideologicamente representar a grandeza da reforma pombalina na região. Em outra tentativa, a duas praças se relacionariam ao rei e ao ministro, como o próprio nome das mesmas denunciava, José e Sebastião, estratégia comum, onde os nomes de praças, igrejas ou ruas, fazem alusão sempre a Portugal, seja através de seus representantes ou por cidades lá existentes, para assim remeter ao domínio da coroa.

Uma outra possibilidade, que também poderia justificar tal duplicidade nas praças, de acordo com Araújo (1998), seriam reclamações vindas do clero localizado em Belém, desde o início do século XVIII, quanto ao compartilhamento de certas atividades no mesmo espaço, da realização das procissões e dos castigos realizados no pelourinho, o que era considerado indecoroso pela igreja. Justificando assim, separar as atividades em duas praças como então foi feito em Macapá, na Vila de Silves em Manaus e na Vila de São José no Rio de Janeiro, mas são poucos exemplos, a maioria mantém todos os símbolos do poder na mesma praça (igreja, Casa de Câmara, cadeia e pelourinho).

Há alguns exemplos de praças duplas, mas são todos posteriores à fundação de Macapá, datados do final dos anos 60 e representam a intenção de implantar a igreja isolada, onde a praça da

mesma demonstraria em suas dimensões uma hierarquia barroca, não ocorrendo em Macapá, visto que as praças são iguais.

O que não se pode negar é que Macapá “parece ser o caso pioneiro no Brasil” (ARAUJO, 1998, p.168) e essa bi, ou multipolaridade das praças acabou se tornando uma das especificidades do urbanismo barroco, “que fazia uso de efeitos de convergência monumental para os espaços abertos dentro do tecido urbano” (ARAUJO, 1998, p.173), que em Macapá é vista, uma vez que é nas praças que se localizam os principais edifícios públicos.

Quanto à disposição desses edifícios públicos nas praças de Macapá como materialização do poder de Portugal, localizou-se o pelourinho no centro da praça São João, e a Igreja ao lado Casa de Câmara e Cadeira no limite oeste da Praça São Sebastião, na Rua São José (SILVA, J.V., 2017) .

Se haviam duas praças para separar as funções, não parecia lógico colocar-se os poderes civil (Casa de Câmara e Cadeira) e religioso (igreja) na mesma praça, já que o mais comum seria a Casa de Câmara acompanhar o pelourinho, mas novamente pode-se fazer uma análise colocada por Araújo (1998) quanto a representação de um contexto político, que era a relação estreita entre o governador e o bispo do Pará, que na ausência de Mendonça Furtado assume o controle do Estado (ARAUJO, 1998).

Analisando-se a composição formal da praça e sua influência no entorno, que tem um traçado de padrão regular e ortogonal, com uma expansão linear e perpendicular ao rio (Figura 05). Dois pontos centrais (1 e 2) conduzem a evolução do traçado urbano, e eles se localizam no centro das duas praças, formados pelo cruzamento de dois eixos verticais que cortam a igreja e o pelourinho e um horizontal que também marca o cruzamento com o vertical, no pelourinho, localizado exatamente no centro na Praça São Sebastião, no ponto 2. Esses dois eixos verticais, são ruas que fazem parte do plano de expansão da vila, que se dá a partir do rio, mas não ao longo dele. As ruas desse eixo não puderam ser nominalmente identificadas na legenda da época, mas atualmente estão representadas pela Av. Mendonça Furtado (em vermelho) que hoje corta a quadra acima da igreja, com prolongamento como Av. Mário Cruz (laranja) que corta a Praça São Sebastião, dividindo-a em duas, na composição atual, e pela Av. Iracema Carvão Nunes (em rosa) que também divide a Praça São João em duas, já no eixo horizontal (em azul) também não foi possível identificar o nome da travessa, que hoje não existe mais.

“No caso de Macapá o desenho não nega que seja o quadrado a sua figura geradora” (ARAUJO, 1998, p.172), quadrados estes, desenhados em verde na Figura 05, que na forma retangular da praça, nela estão contidos de forma implícita.

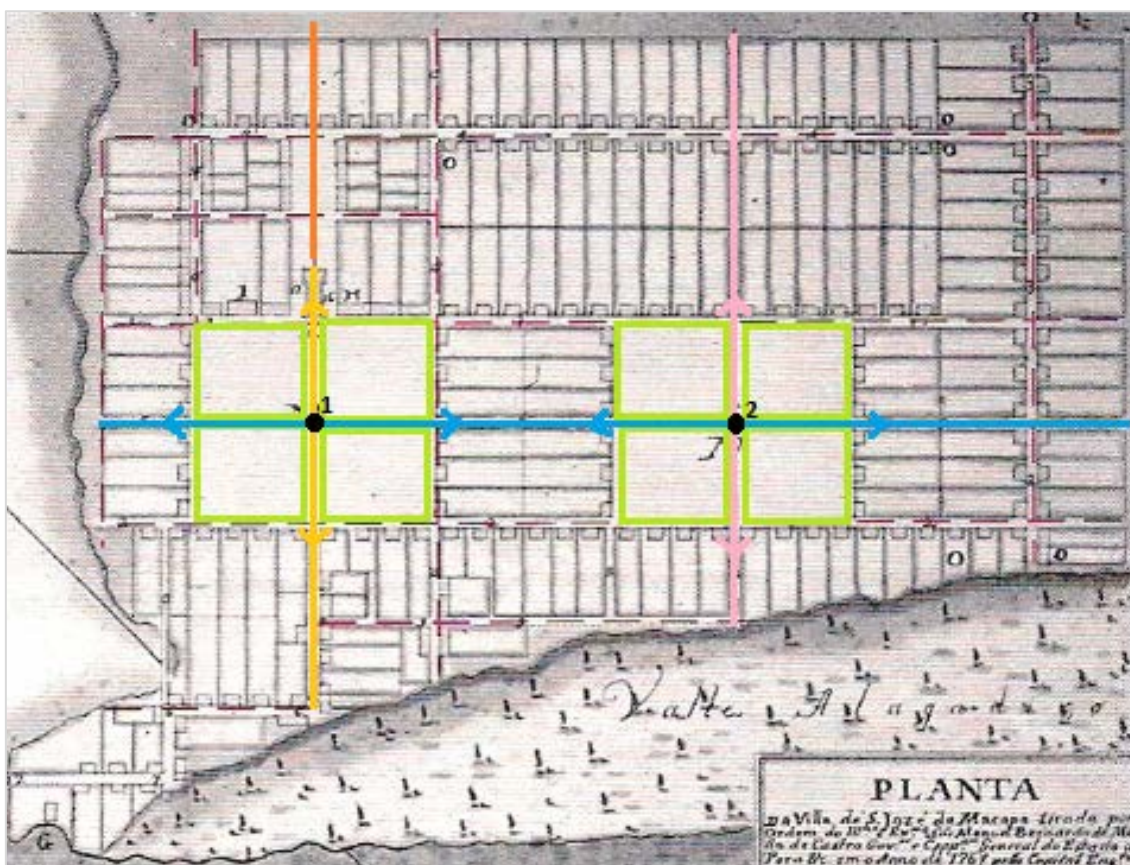


Figura 05. Recorte da Planta de 1761, de Gronsfeld com edições, editado pelos autores (fonte: Araújo, 1998)

O que diferencia Macapá de muitas cidades, onde mesmo que se tenha encontrado as duplas praças, é que estas estão desenhadas no traçado como um elemento de subtração da malha, característico das cidades espanholas, como era Silves, por exemplo, demonstrada na Figura 06. Macapá apresenta “uma abordagem formal mais elaborada”, onde o há um desdobramento do “retângulo nas praças, dentro do retângulo maior da forma urbis” (ARAÚJO, 1998, p. 173).

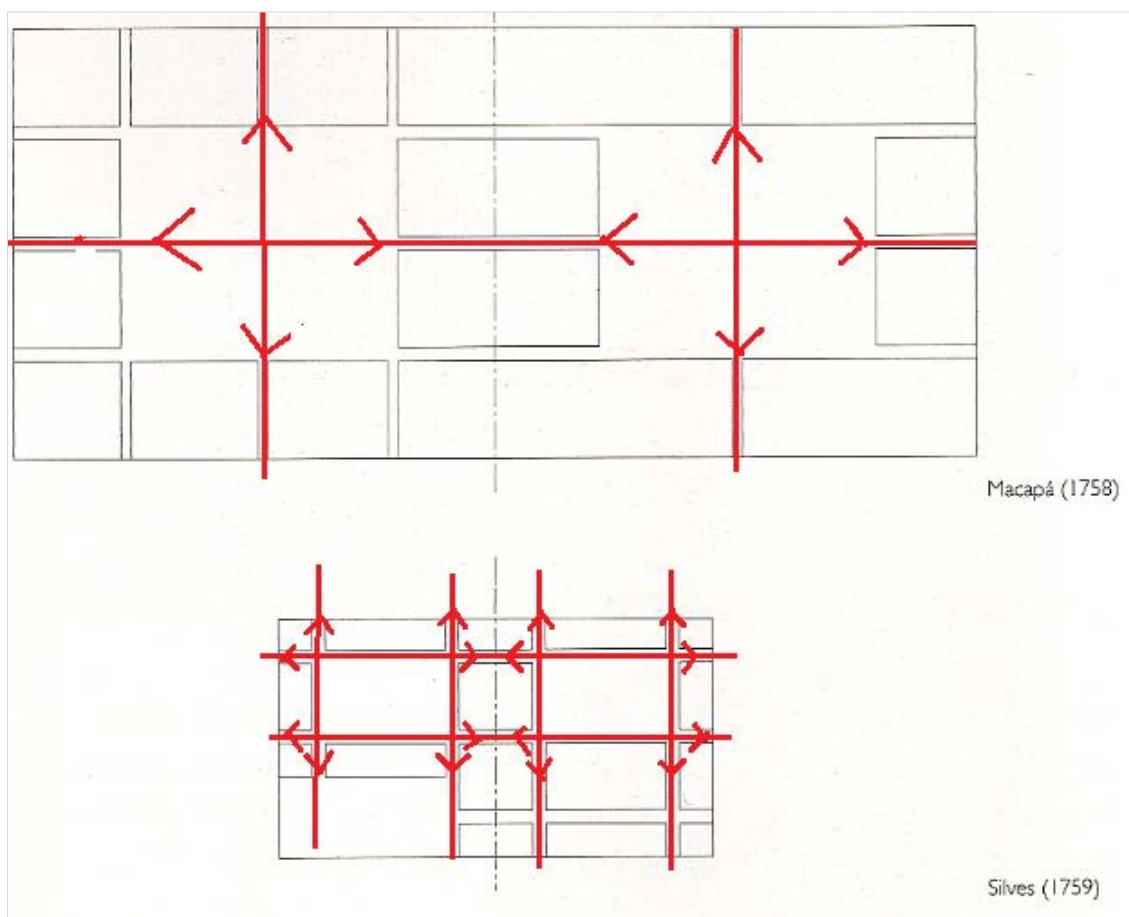


Figura 06. Desenhos comparativo de Macapá e Silves, editado pelos autores (fonte: Araújo, 1998)

Sobre o urbanismo português no Brasil, Araújo evidencia:

A valorização do espaço "vazio" que a praça representa, que é "preenchido" pela noção de poder e ressaltado pela uniformidade do restante conjunto construído, será uma das mais interessantes características de todo o urbanismo pombalino (ARAÚJO, 1998, p. 173).

Muitas transformações ocorreram ao longo dos anos, nas praças Veiga Cabral (Praça São Sebastião) e Barão do Rio Branco, a principal delas foi a divisão de cada praça em duas, onde ambas foram cortadas por ruas que passam no centro das mesmas (em rosa e branco no map da Figura 07).

Realizando um comparativo entre o mapa da Vila de Macapá, de 1761 e da cidade atual de 2019 (Figura 07), identifica-se as seguintes vias, seguindo a numeração da legenda original de 1761: 1 – Rua São José (vermelho); 2 – Rua Cândido Mendes (antiga Rua Formosa, em azul); 3 – Av. Raimundo Álvares da Costa (antiga Rua das Flores, em verde); 4 – Rua Tiradentes (antiga Rua da Campina, em amarelo); 5 – Av. Mendonça Furtado/Av. Mário Cruz (parte da antiga Rua do Sol, em rosa); 6 – Continuação da Av. Mário Cruz (antiga Rua Direita ou Travessa do lago, em verde escuro); 7 - Rua Azarias da Costa Neto (antiga Rua da Ponta, em azul escuro) e 9 – Rua Binga Uchoa (antiga Rua das Fontes, em laranja). Em branco vê-se a atual Rua Iracema Carvão Nunes que corta a Praça do Barão e não foi identificada sua denominação no mapa de 1761. As duas praças estão identificadas nos mapas, em cinza e foram divididas cada uma delas ao meio, sendo cortadas por ruas.

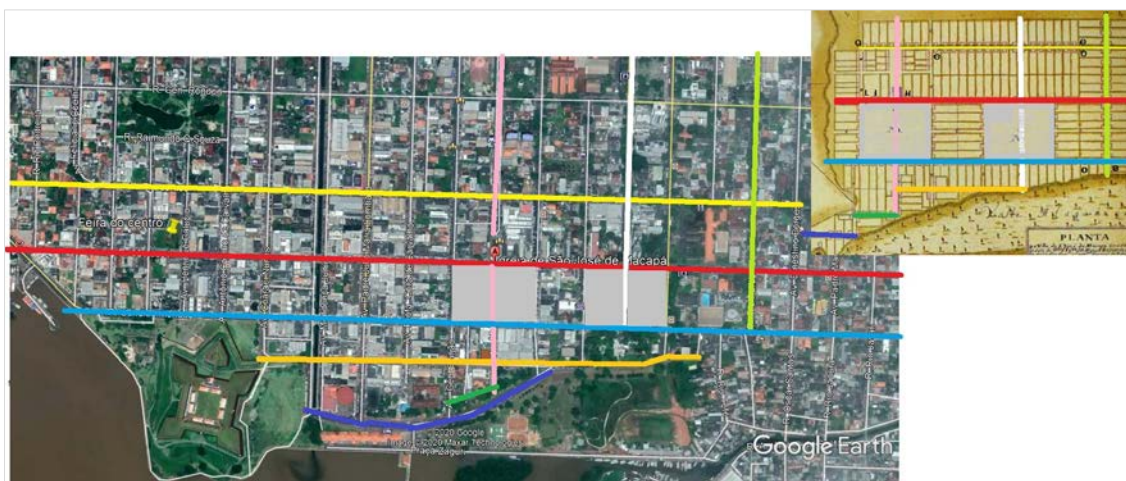


Figura 07. Vias principais de Macapá em 1761 (canto superior direito) e em 2019, editado pela autora (fonte: Araújo, 1998 ; Google Earth, 2019).

Outra planta da época, que é possível fazer um comparativo com a situação atual, são das edificações do entorno da Praça Veiga Cabral (São Sebastião) (Figura 08), ressaltando que a iconografia antiga é de um projeto de 1759 de Tomás Rodrigues da Costa, porém que não foi executado, pelo menos não no projeto para a igreja que em 1761, foi simplificada. A imagem mostra que as ruas laterais da igreja foram fechadas e cercadas com grades e os edifícios vizinhos da época, Casa do Vigário a direita e Casa da Câmara a esquerda, não foram conservados.

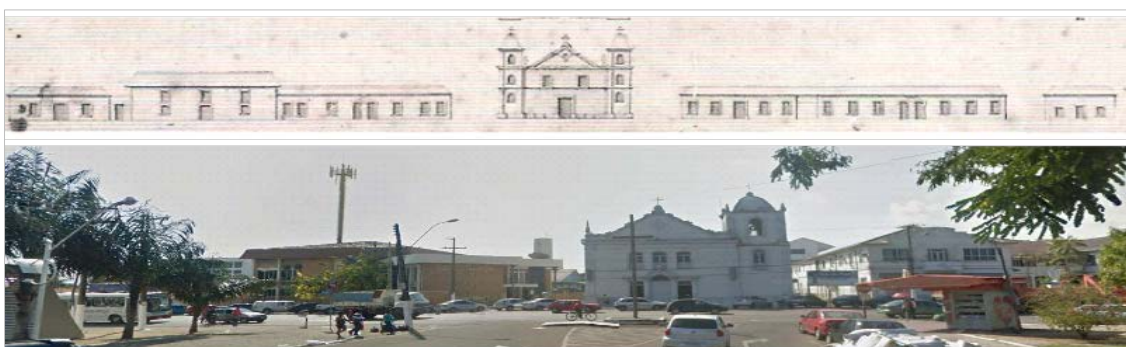


Figura 08. Rua São José, face oeste da Praça Veiga Cabra em iconografia de 1759 acima e imagem atual abaixo. (fonte: Araújo, 1998; Google Street View, 2012)

Notou-se que, as praças são elementos norteadores do traçado urbano da época colonial, que expressam a grandiosidade e a importância dada a localidade e nelas se concentram elementos arquitetônicos de representação do poder da coroa, como as principais edificações da época (igreja, casa de câmara e cadeia e pelourinho) e que são a expressão do estabelecimento do povoado, antes mesmo das fortalezas e nelas podemos identificar várias manifestações simbólicas e ideológicas que remetem sempre a Portugal.

6. O papel das praças nos Planos Urbanísticos de Macapá

6.1 Plano Grunbilf (1960)

O Plano Grunbilf foi o primeiro a ser elaborado para Macapá, segundo Silva (2017) ele foi contratado pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), a necessidade surgiu devido a construção da Usina Hidroelétrica Coaracy Nunes, ele foi executado pelo governo do Território Federal do Amapá e na época de sua implantação a cidade contava com uma população de 114.359 habitantes.

Nas observações do Plano Grunbilf, destaca-se que a população concentrava-se no entorno da Praça Veiga Cabral e da igreja matriz, também nos bairros do Lagunho e Trem, assim como

próxima aos igarapés. As casas nessas locais eram de madeira, onde se esperava a substituição gradual por construções de tijolos, mas já se constatava que seria inevitável realizar algumas desapropriações (GRUNBILF DO BRASIL, 1960).

Como uma de suas diretrizes o plano estabelece a criação de bairros novos com vida própria, onde cada um teria: núcleo comercial, casas de diversões, escolas, igrejas, mercado distrital e suas praças de esporte (GRUNBILF DO BRASIL, 1960).

No planejamento haviam propostas voltadas para a saúde física e mental dos jovens, onde se estabelecia que o esporte seria atividade revigoradora da saúde e que esta atividade seria garantida através de parques infantis, para a “preparação e introdução da criança na vida esportiva” e praças de esportes que seriam implantados em todos bairros com “pontos de fácil acesso e com possibilidades para o estacionamento de carros” (GRUNBILF DO BRASIL, 1960, p.27/28).

Até mesmo as diretrizes para a implantação das escolas, que também deveriam ocorrer em cada bairro, destacam a importância da praça nesse plano, onde as praças de esporte deveriam estar junto as escolas, ou estas deveriam apresentar ao menos quadras para a prática de esportes. (GRUNBILF DO BRASIL, 1960).

As praças estavam atreladas também a vida religiosa, e a implantação das igrejas, que deveriam estar localizadas em “pontos predominantes dos bairros, no meio de praças e com ampla visibilidade para todos os lados”, tornando-se um ponto marcante no bairro (GRUNBILF DO BRASIL, 1960, p.31).

O plano previu também para as praças a oferta de alguns serviços, como a instalação de pontos de taxi, que estava sendo realizada na Praça Veiga Cabral (GRUNBILF DO BRASIL, 1960).

A praça, no Plano Grunbilf, ainda é o elemento centralizador das atividades religiosas e institucionais, como ainda era na época de fundação da cidade, destacada a inserção da função de lazer que agora ganha bastante importância, originalmente não abordada na época da fundação de Macapá e da criação das duas primeiras praças, a Praça Veiga Cabral e a Praça do Barão do Rio Branco, pois para o período colonial esta função não era empregada.

6.2 Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro (1973)

Segundo Silva (2017, p. 40), o Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro (PDUFJP), foi viabilizado através de uma ação entre o Governo do Território Federal do Amapá e a Secretaria Adjunta do Ministério do Interior, seu objetivo era “orientar o desenvolvimento urbano municipal e a organização do lugar”.

O plano apresenta dois volumes: o primeiro com as análises e o segundo com as proposições para a cidade de Macapá.

As principais praças, jardins e equipamentos de lazer da época, estavam localizadas na área central, devido a própria concentração populacional. Já os bairros do Laguinho e Trem são considerados “medianamente equipados”, mas não possuíam praças e jardins. Os bairros periféricos não dispunham do mínimo de equipamentos, sobretudo os de uso público (MACAPÁ, 1973a, p. 107).

Os equipamentos de lazer, foram englobados no setor de recreação, cultura e esportes, sendo de competência do poder público, são eles: praças, parques e jardins; praças de esportes e equipamentos complementares; festejos populares; outras áreas de uso público (MACAPÁ, 1973b).

Como uma das propostas do plano, está elencada “programação sistematizada para a distribuição racional de praças, jardins e equipamentos complementares na área urbana” (MACAPÁ, 1973b, p.22).

A Praça Veiga Cabral, juntamente com a área da Fortaleza de João José, foi definidas como equipamentos urbanos onde seus projetos específicos são considerado prioritários (MACAPÁ, 1973b).

O plano estabelecia critérios para a localização de novas praças, indicando uma área de abrangência de raio de 600m, como mostra a Figura 09. Definiu-se também, um “cálculo de necessidade” de área de recreação, resultando em 10m²/habitante, onde metade seria atendida pelas áreas da beira-rio, Horto Municipal e Fazendinha e os outros 5m² restantes seria distribuído em praças no perímetro urbano, sendo 1m²/hab para recreação infantil e 4m²/hab. para recreação de adultos (MACAPÁ, 1973b).

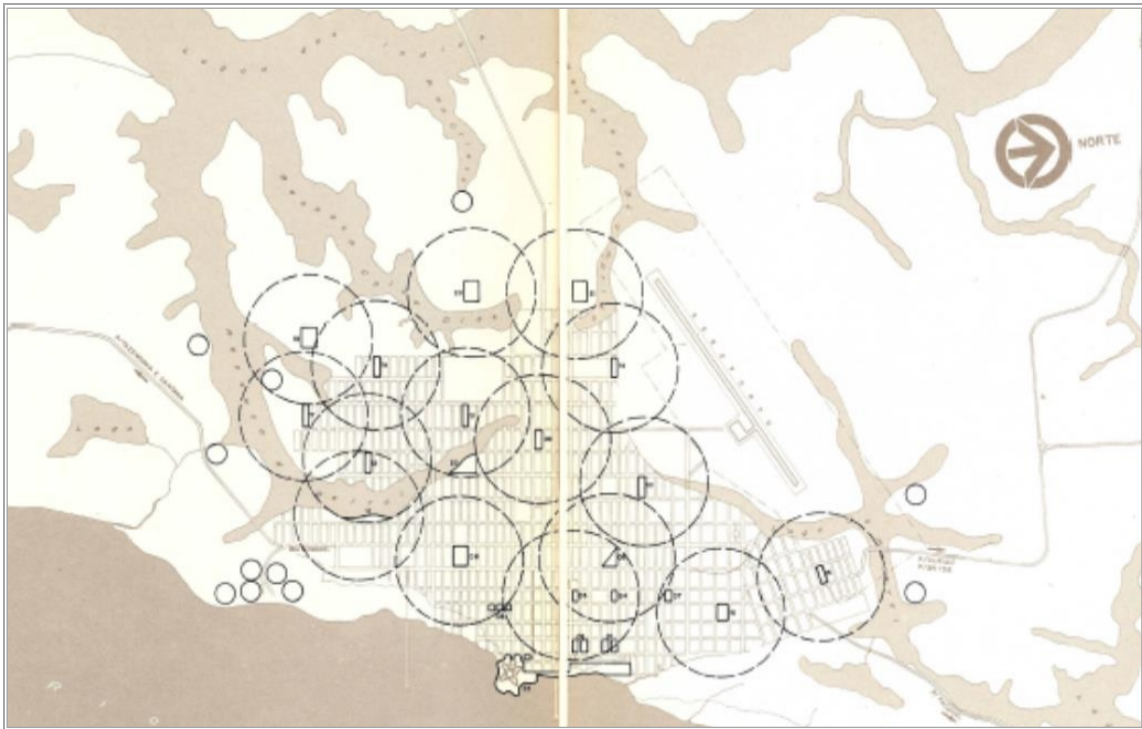


Figura 09. Mapa do Programa de Recreação de Macapá – PDUFJP (1973) (fonte: Silva, 2017 adaptado de Macapá, 1973)

Haveria três níveis de áreas de recreação de acordo com o planejamento estabelecido: nível de atendimento global, nível de atendimento local e áreas especiais. O primeiro, estabelecia o desempenho de funções tipicamente urbanas, especialmente a prestação de serviços. O segundo, referia-se a praças de atendimento à população de um espaço-urbano pré-estabelecido, diferenciando-se em dois tipos de praça, um tipo para bairros de alta densidade e outro para média densidade. E por fim, as áreas especiais compostas pelo Horto Municipal, praia da Fazendinha e área de beira rio (MACAPÁ, 1973b).

Ao nível global incluíam-se as Praças Veiga Cabral e barão do Rio Branco e estas deveriam conter: arborização; áreas gramadas; bancos; equipamentos de prestação de serviços e iluminação específica. Com relação ao nível local, o volume da população é quem estabelecerá o dimensionamento dos equipamentos, onde as praças das áreas de expansão, não serão dimensionadas pois não há uma demanda definida (MACAPÁ, 1973b).

Nas Áreas Especiais, cada uma terá função específica, com praças destinadas a recreação infantil e esporte e praças voltadas para as festas populares. A Praça Nsa. Sra. Da conceição no bairro do Trem, seria a de destinação de recreação infantil e esportes especializados, basquete e vôlei e equipamentos de ginástica, por isso elas deveriam ter lanchonete; vestiários; área gramada. As

praças destinadas a festas populares, situadas no bairro do Laguinho, propunha-se uma parte com piso arenoso e “três a quatro conjuntos de árvores com bancos para consolidar esta atividade na praça” (MACAPÁ, 1973b, p.153)

Foi ainda estabelecido pelo Plano da Fundação João Pinheiro, etapas de implantação do Programa de Recreação. Na primeira etapa constam as praças de atendimento global; as praças de atendimento local, começando pelas áreas de alta densidade (Bairros do Trem e Laguinho); a área de beira-rio e a Praça Nsa. Sra. da Conceição. Na segunda etapa, inserem-se as demais áreas especiais e as praças centrais dos bairros de média densidade. E na terceira etapa, as demais praças, exceto as das áreas de expansão urbana.

Nos projetos específicos criados para as Praças Veiga Cabral e do Barão do Rio Branco, estabeleceram-se para estes locais as seguintes funções: recreação passiva; ponto de encontro de pessoas de todas as classes sociais e prestação de pequenos serviços. Visava-se eliminar a função de recreação ativa existente, para transformar essa área em área de descanso e passeio, com bancas de jornais, engraxates, sorveteiros, pipoqueiros e outros.

Para esta reformulação propôs-se formas orgânicas, com áreas gramadas, arborizadas e ajardinadas, áreas de circulação, colocação de bancos no interior próximos as árvores e aos locais mais calmos e outros nos passeios externos, conforme demonstram as Figuras 10 e 11.

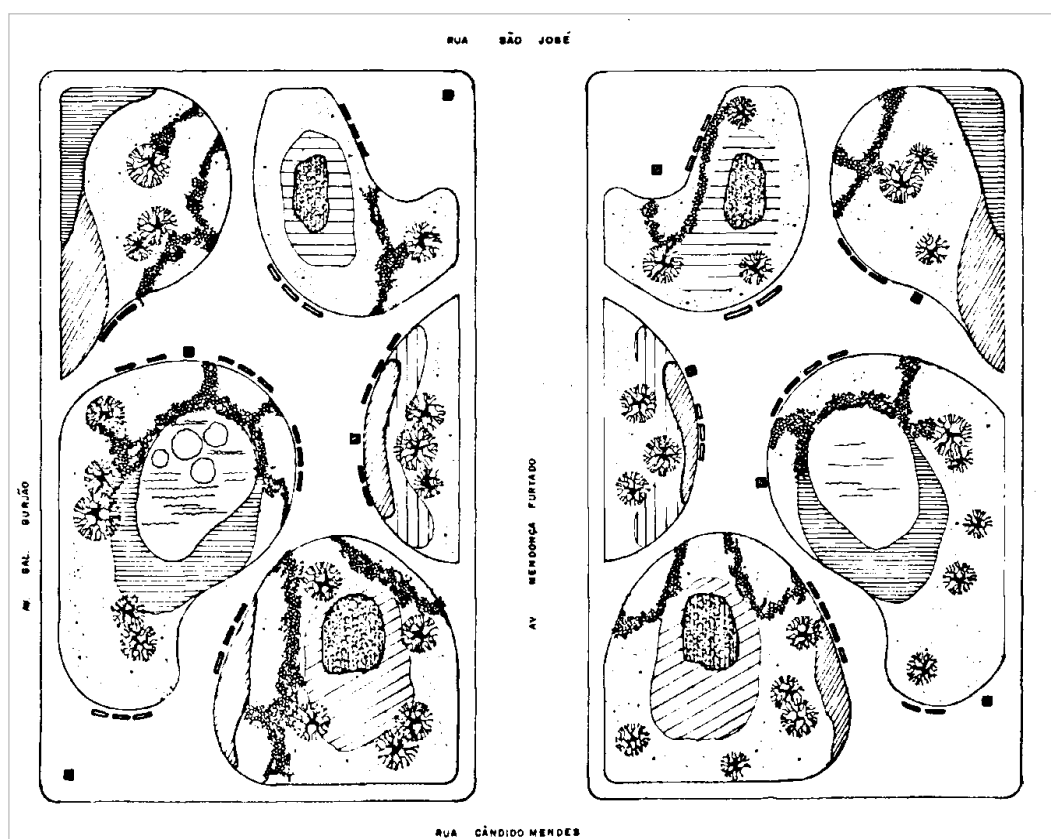


Figura 10. Mapa do Projeto de reformulação da Praça Veiga Cabral (fonte: Macapá, 1973)

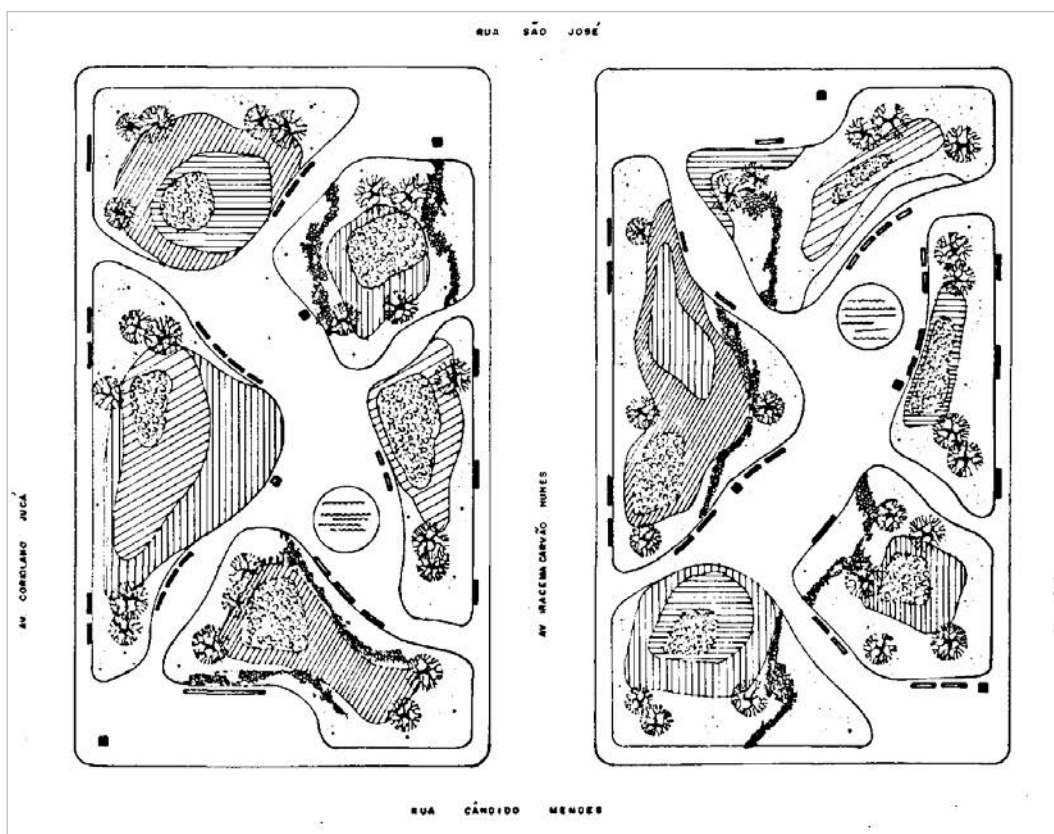


Figura 11. Mapa do Projeto de reformulação da Praça do Barão do Rio Branco (fonte: Macapá, 1973).

6.3 Plano da HJ Cole + Associados SA (1977)

O Plano realizado através de consultoria da empresa HJ Cole + Associados SA, foi intitulado “Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo”, e segundo o próprio plano, o documento apresentava uma síntese dos trabalhos já desenvolvidos em Macapá nas áreas do planejamento urbano, turismo e arquitetura e tinha como função a “formação de uma imagem global de todas as tarefas realizadas neste campo de atividades” para entender as razões e a promoção de sua continuidade (COLE, 1977, p. 7)

O governo do território contratou então a empresa, que durante dois anos, com escritório instalado em Macapá, juntamente com os técnicos do governo, detalhou o antigo Plano da Fundação João Pinheiro de 1973, ajustando-o onde achava necessário, fazendo novas proposições e elaborando projeto urbanísticos e arquitetônicos. Muitas ideias também foram retomadas do Plano Grunbilf. (COLE, 1977).

Foi definido pelo plano urbanístico de espaços de lazer, parques e praças e área turísticas de lazer, dentro do Plano Turístico do Território como: a recuperação do Forte, a preparação do Marco Zero prevendo a instalação de pontos de venda de artesanato, bar e/ou restaurante; a recuperação do Centro Folclórico no Parque do Laguiño (COLE, 1977).

Há no plano um item específico chamado “Parques, Praças e Balneários”, contendo três grandes projetos: Parque do Marco Zero (Figura 12) com implantação de pontos de venda de artesanato, construção do Monumento do Marco Zero, Belvedere com bar-restaurante, estacionamento, e jardins de passeio, Parque Zodiacal com campo ajardinado para recreação de pequenas embarcações e museu de arte e mais o Parque das Pedrinhas voltado para a prática de esportes com quadras e campo de futebol, e restaurante, bar e/ou restaurante; Parque Beira-rio (Figura 13), espaço livre urbanizado com função paisagística e recreativa, com grandes áreas verdes e

gramadas e concentração de atividades esportivas; Parque do Laginho (Figura 14), para a valorização da função paisagística e recreativa, contendo diversas funções (Estacionamentos, restaurante de comidas típicas, anfiteatro, play-ground, prédio administrativo, vila comercial, área de patinação e skate, mini zoológico, museu ecológico, píer, prainha, área exposições, cine drive-in e boate a bordo de um barco) (COLE, 1977).

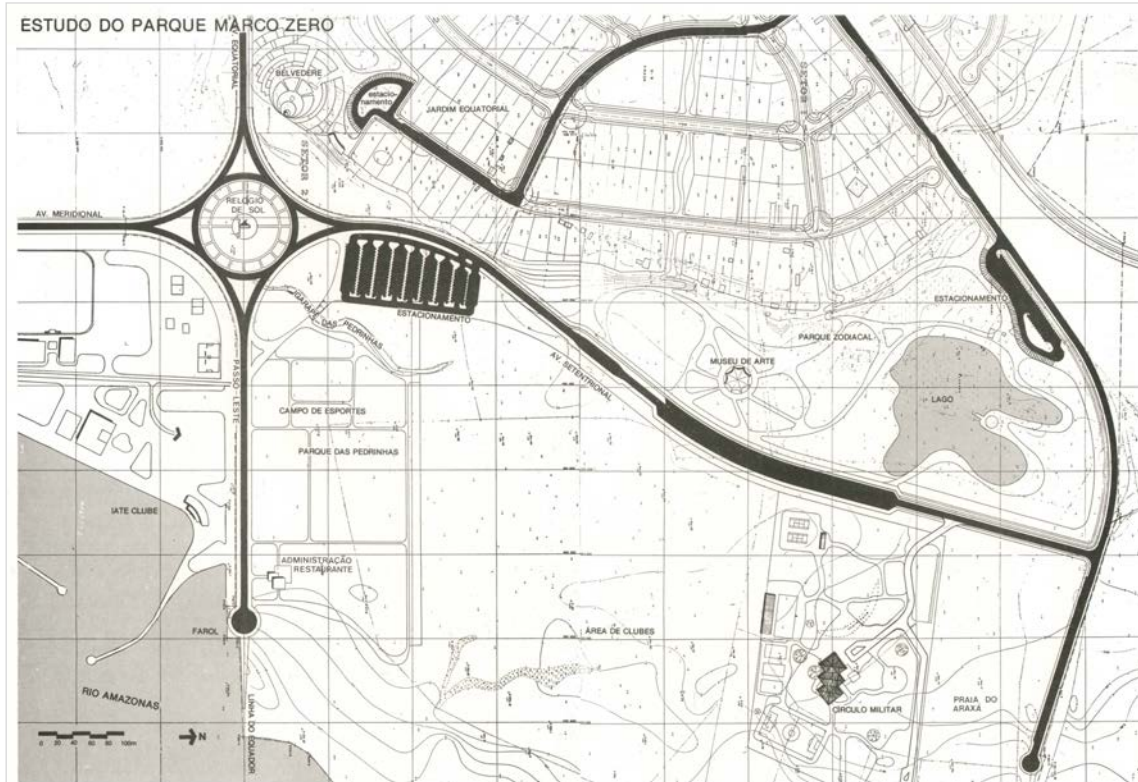


Figura 12. Mapa do Projeto do Parque do Marco Zero, 1977 (fonte: Cole, 1977)

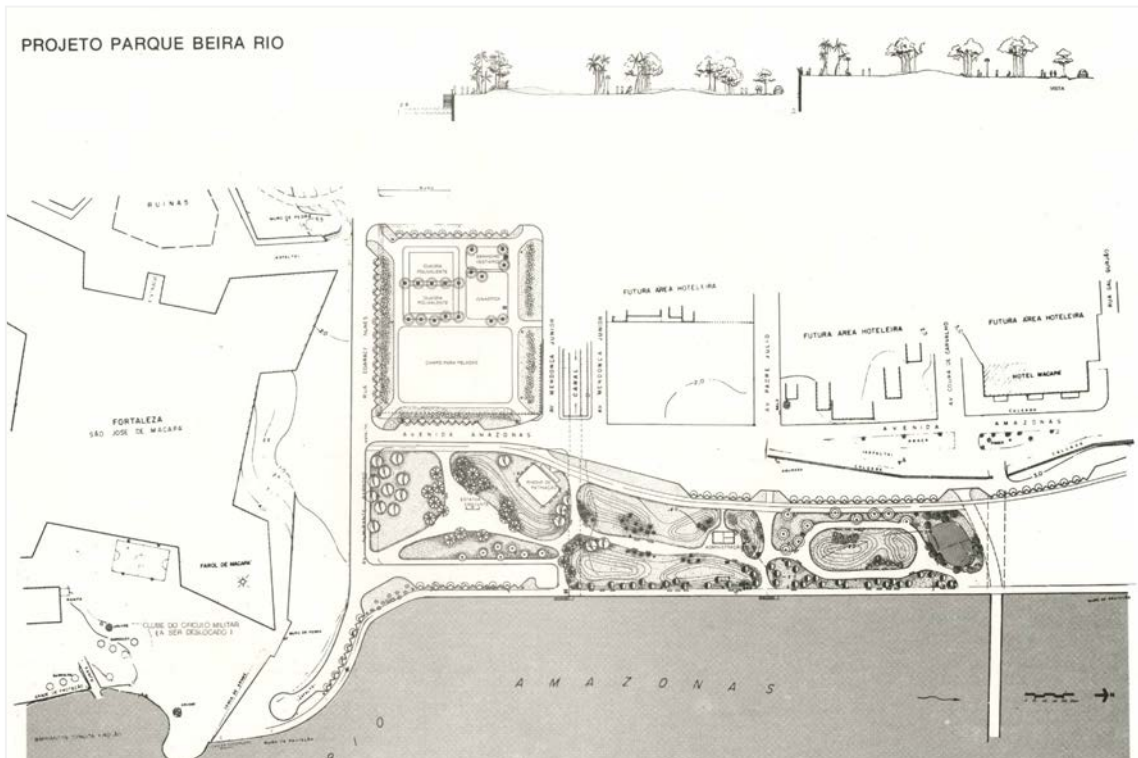


Figura 13. Mapa do Projeto do Parque Beira-rio, 1977 (fonte: Cole, 1977)



Figura 14. Mapa do Projeto do Parque do Laguinho, 1977 (fonte: Cole, 1977)

Por fim, o plano define alguns projetos prioritários: Parque Beira-rio, onde as obras já tinham sido iniciadas; Parque Marco-Zero, destacado como “de vital importância turística”; Parque do Laguinho e a reforma e remodelação das praças mais importantes de Macapá (Cole, 1977, p. 84).

6.4 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (2004)

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUA), do ano de 2004 foi instituído através da Lei Complementar nº. 026/2004, de 20 de janeiro de 2004, que juntamente com a Lei Complementar nº 029/2004 - PMM de 24 de junho de 2004, que institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Macapá contém os instrumentos para o planejamento urbano da cidade.

O artigo 56 do PDDUA, destaca algumas praças como componentes da “Área de Preservação e Lazer” dentre elas está a Praça Barão do Rio Branco (MACAPÁ, 2004a. p. 32).

Nas Áreas de Preservação e Lazer, o PDDUA, ressalta que deve ser elaborado um estudo para avaliar a necessidade de implantação ou ampliação da arborização nos logradouros públicos, e que as intervenções urbanísticas deverão atender as “diretrizes para as intervenções estruturadoras do espaço urbano contidas na Estratégia para Qualificação do Espaço Urbano” (MACAPÁ, 2004a. p. 32).

Há ainda no artigo 58, uma lista de bens imóveis que integram o Patrimônio Cultural e Paisagístico da cidade de acordo com o PDDUA, muitos deles estão localizados em praças importantes da cidade, ou a própria praça é entendida como um bem imóvel, destaca-se a Igreja de São José de Macapá, localizada no entorno da Praça Veiga Cabral; o Teatro da Bacabeiras, localizado na Praça Veiga Cabral (MACAPÁ, 2004a).

Sobre esse patrimônio o PDDUA coloca que “o município protegerá os bens históricos e os espaços de manifestação cultural de relevância municipal que integram o Patrimônio Cultural e Paisagístico do Município de Macapá” (MACAPÁ, 2004a, p. 33).

Tratando-se especificamente das Praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco, de acordo com o macrozoneamento do PDDUA, elas encontram-se na Subzona de Ocupação Prioritária (SOP) que são as áreas da cidade “propícias ao adensamento para aproveitamento da infraestrutura e equipamentos urbanos instalados e previstos” (Macapá, 2004a, p. 40) e inserem-se também, na Área de Interesse Comercial (AIC), onde são “destinadas prioritariamente para o estímulo às atividades de comércio e serviço” (MACAPÁ, 2004a, p. 54).

Devido à falta de atualização do PDDUA, várias alterações ao longo de dezesseis anos ocorreram na setorização urbana de Macapá, destaca-se a alteração ocorrida no ano de 2011, através da Lei Complementar (LC) n° 077/2011, que cria o Setor Central (em laranja) e reduz o Setor Comercial (em vermelho), onde as praças permanecem no Setor Comercial e outra alteração do ano de 2014, instituída pela LC n° 109/2014, que reduz mais ainda a área do Setor Comercial, neste caso a Praça do Barão (em preto) fica no Setor Central e a Praça Veiga Cabral (em branco) continua no Setor Comercial, conforme Figura 15.



Figura 15. Mapas de setorização do bairro Central: à esquerda do ano de 2004, ao centro do ano de 2011 e à direita do ano de 2014, editado pelos autores (fonte: Macapá, 2004a; Macapá, 2001; Macapá, 2014)

As Praças Veiga Cabral (marcada na cor branca) e Barão do Rio Branco (destacada na cor preta) e seu entorno, sofreram grandes alterações de gabarito permitido desde a criação do PDDUA em 2004, como mostra a Figura 16. O entorno, que antes permitia apenas ocupação horizontal (em verde) de até dois pavimentos ou 8m e verticalização baixa de até quatro pavimentos ou 14m (em roxo), agora permite verticalização baixa de até cinco pavimentos ou 23m e verticalização alta (em vermelho) de até vinte e dois pavimentos ou 76m, um aumento de 81, 57% em apenas dez anos (2004-2014), o que torna atualmente o bairro Central, o mais verticalizado da cidade de Macapá, segundo Silva e Pena (2020).

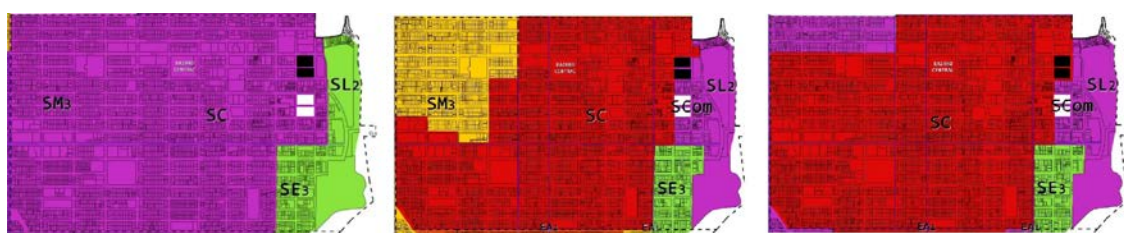


Figura 15. Mapas de verticalização dos anos de 2004 (à esquerda), 2011 (centro) e 2014 (à direita) – PDDUA, , editado pelos autores (fonte: Macapá, 2004a; Macapá, 2001; Macapá, 2014)

Essas alterações nas alturas dos edifícios, revelam que essas áreas que são compostas basicamente pelas áreas do centro da cidade, onde estão localizados os bens do patrimônio histórico, sofrem pressão do setor imobiliário com a crescente verticalização, que já altera a paisagem da área do entorno de bens históricos como a próprias praças estudadas, tornando-se área de fragilidade e não de proteção ou preservação.

É possível notar que, tanto o PDDUA quanto a LUOS, não possuem planejamentos específicos voltados para as praças ou áreas de lazer, seja para o fomento de atividades, para a reestruturação ou criação de novas áreas.

7. As praças e suas transformações

7.1 Praça Veiga Cabral

A Praça Veiga Cabral, foi eleita dentre as duas existentes na época da fundação da cidade de Macapá (letra M na Figura 16), como um espaço de concentração de atividades religiosas e do poder civil. Na praça foram alocadas, a Igreja de São Jose, ao lado Casa de Câmara e Cadeia , do lado direito da igreja, a Casa do Vigário e ao lado da Casa de Cadeira um açougue , como mostra a Figura 04 da página 10 (SILVA, 2017) . Dessas edificações a única que permanece é a Igreja São José de Macapá, uma vez que a maioria das residências era de taipa, não resistindo as intempéries (MACEDO, 2019).



Figura 16. Planta do povoado de São José de Macapá por Gronsfeld, em 1761 (fonte: Araújo, 2012)

Segundo Silva (2017), a localização da praça em frente à Igreja de São José de Macapá, igreja matriz, fez com que ela ficasse conhecida, durante muito tempo, como Praça da Matriz.

A praça, conforme mostra a Figura 17, no ano de 1908, era caracterizada por uma grande área gramada ao centro com alguns caminhos, poucos postes e árvores, onde permanecem em destaque as edificações do seu entorno, principalmente a igreja.



Figura 17. Fotos da Praça São Sebastião, atual Veiga Cabral, 1908 (fonte: Silva , 2017)

A área da praça, em frente à Igreja de São José, passa a ser um espaço de festejo popular. De acordo com Silva (2017) a celebração do Marabaixo, que faz parte das representações da cultura popular negra macapaense, com danças e músicas, marcavam o culto ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade e ocorriam constantemente na frente da Matriz (Figura 18).

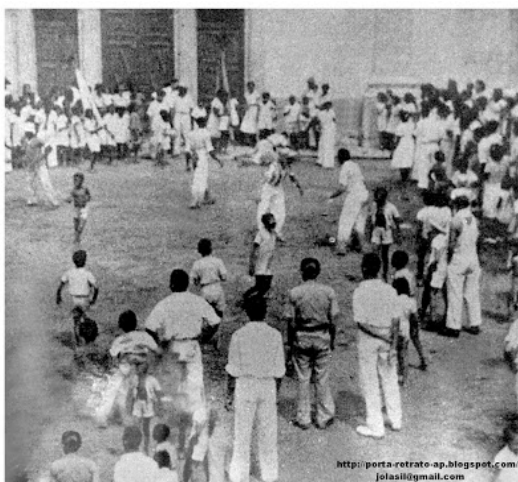


Figura 18. Antigos moradores dançando marabaixo em frente a igreja matriz ,1948 (fonte: Silva , 2017)

Houve na praça ao longo de sua história, alguns elementos marcantes, um deles era o barracão da santa, onde ocorriam as festividades religiosas e o outro era o coreto em frente à igreja (Figura 19).



Figura 19. Barracão da Santa e campo de futebol (à esquerda) e o Coreto (á direita) na Praça Veiga Cabral, s.d. (fonte: Silva , 2017)

No ano de 1924, a praça ganha uma nova denominação, passando a se chamar Praça Assis de Vasconcelos, em homenagem ao Capitão do Exército Augusto Assis de Vasconcelos que faleceu no mesmo ano e foi líder dos revolucionários durante o movimento que ficou conhecido nacionalmente como a nova revolta tenentista de julho de 1924 (MONTORIL, 2016 apud SILVA, 2017).

Os registros fotográficos da praça do ano de 1946 (Figura 20), mostram que a área passou por reformas e tomou um caráter cívico e de recreação, onde as áreas são delimitadas por cercas baixas e há brinquedos implantados na praça, provavelmente ocasionado pela criação do Território Federal do Amapá em 1943.

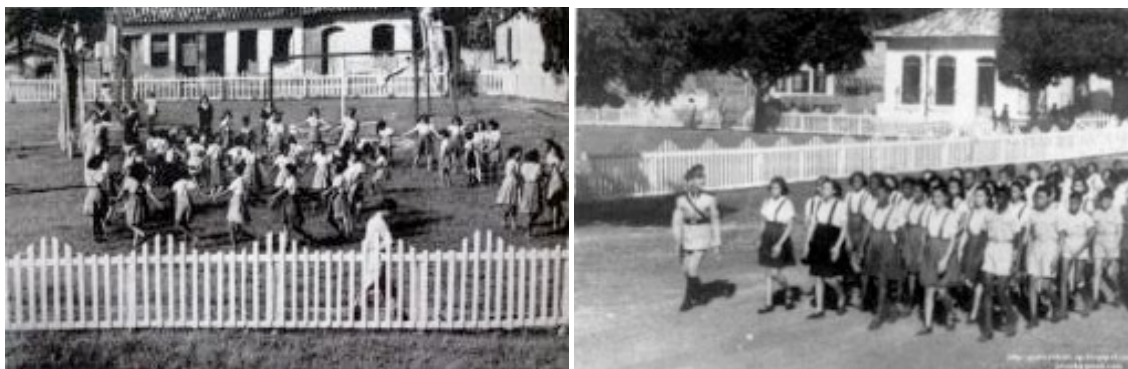


Figura 20. Praça Veiga Cabral, à esquerda crianças brincando e à direita o Tenente Irineu com os alunos (fonte: Silva , 2017)

No ano de 1960, com a modernização da cidade, implementada pelo Plano Grunbilf, a praça perde seu caráter colonial, onde agregava vários usos: mercado; religioso; recreação; desfiles militares, etc. A nova função da praça é “destinada à contemplação da natureza e descanso, já com calçada pavimentada, sinalização, arborização, iluminação, dentre outros elementos estéticos compositivos”, como mostra a Figura 20 (SILVA, 2017, p. 45).

Em 4 de maio de 1962, a Prefeitura Municipal de Macapá, publicou no Jornal do Amapá, a abertura de concorrência pública para a construção da Praça Veiga Cabral, por isso adota-se esta data como o marco da mudança do nome da praça (SILVA, 2017).



Figura 20. Praça Veiga Cabral urbanizada, s.d. (fonte: Silva , 2017)

Não é possível precisar quando exatamente, a Praça Veiga Cabral foi dividida em duas e atravessada ao meio por uma rua, a Av. Mário Cruz, que fica em frente à Igreja de São José, não há registros exatos sobre isso.

Registros fotográficos de 1978, do Arraial de São José, mostram a importância da praça como um local de manifestações religiosas, conforme mostra a Figura 21.



Figura 21. Arraial de São José em 1978 (fonte: <http://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/repiquete-e-memoria-37>)

Sobre a construção do Teatro da Bacabeiras (Figura 22) dentro da Praça Veiga Cabral em 1984, no espaço antigamente voltado para atividades religiosas e culturais do Cine Teatro das Bacabeiras, Silva explica que:

O surgimento Teatro das Bacabeiras simplesmente não apenas diminui pela metade o espaço da Praça Veiga Cabral, ela acrescenta no lugar um monumental prédio moderno todo em concreto armado que provoca uma total desarmonia no projeto de simetria das duas praças amapaense. Uma nova vista que destoia completamente do entorno da praça ainda com alguns exemplares coloniais e art déco (SILVA, 2017, p. 46).



Figura 22. Teatro da Bacabeiras, s.d. (fonte: Silva , 2017)

Após a construção do teatro, a praça passou por uma revitalização em 2001 e última iniciada em dezembro de 2015 e reinaugurada em 24 de junho de 2016. Houve uma reestruturação da praça, “através do reforço de linhas e formas que acentuam bem o seu desenho geométrico” (SILVA, 2017, p. 47).

A Figura 23, mostra as diferenças significativas entre o traçado orgânico da praça antes da última revitalização de 2016, e o traçado geométrico marcante implantado pela em 2016. Nesta reestruturação, a atenção é direcionada para o círculo central da praça, o piso antigo em bloquetes foi substituído por um cimentado, algumas árvores que atrapalhavam a contemplação do lugar foram retiradas e os bancos distribuídos estrategicamente pelo espaço, conferindo a praça um clima agradável e convidativo (SILVA, 2017).



Figura 23. Mapas do traçado antes de 2015, à direita e o traçado de 2016, à esquerda, da Praça Veiga Cabral (fonte: Silva , 2017)

A praça, ou metade dela, atualmente consolida-se como uma área de apoio ao centro comercial (Figura 24), devido aos serviços de pontos de taxi, lanchonetes, paradas de ônibus e bancas de revista que passou a concenrar.



Figura 24. Vista aérea da Praça Veiga Cabral (fonte: Google Earth, 2022)

7.2 Praça do Barão do Rio Branco

A Praça do Barão do Rio Branco, antiga Praça São João (letra N na Figura 25), notadamente desde a época da fundação cidade de Macapá, possuía menor importância que a Praça Veiga Cabral (letra M), enquanto lá se concentravam o poder político e religioso, a esta praça destinou-se a instalação do pelourinho, lugar de castigo dos escravos.



Figura 25. Planta do povoado de São José de Macapá por Gronsfeld, em 1761 (fonte: Araújo, 2012).

Não foram encontrados muitos registros antigos da praça, as primeiras imagens datam dos anos de 1940, com as Praça Veiga Cabral (delimitada em azul à esquerda da Figura 26) e a Praça do Barão (em azul à direita na Figura 26) quando acontece uma reformulação urbana “que expulsa as famílias negras e pobres da área, para dar lugar às transformações que originaram o novo

centro administrativo e cívico do Ex-Território Federal do Amapá” (SILVA, 2017, p.49). Um processo de “desterritorialização” onde famílias negras e pobres que residiam na frente da cidade (área em vermelho na Figura 26) foram expulsas e removidas para áreas periféricas do bairro do Lagunho e da Favela (GONÇALVES, 2013).



Figura 26. Frente da cidade de Macapá: área onde residiam as famílias expulsas, 1940 (fonte: IBGE, editado por Silva, 2017)

Se em outrora, a praça parecia ter pouco importância, após a criação no Território Federal do Amapá, em 1943, ela adquire um caráter de novo centro político-administrativo da cidade.

Algum tempo após a transferência das famílias, foram alocadas em volta da praça (Figura 27), as casas dos servidores do território federal (legenda em laranja e verde); o Prédio dos Correios (azul); a Casa do Governador (legenda salmão); o Ginásio Macapaense (amarelo) e a Escola Barão do Rio Branco com o Cine Territorial nas suas dependências (roxo).



Figura 27. Praça Barão do Rio Branco, 1948 (fonte: IBGE, editado e retirado de Silva, 2017)

Em 01 de dezembro de 1950 (Figura 28), a praça foi reinaugurada com calçadas, iluminação, brinquedos e a alteração do nome de Praça São João para Praça do Barão do Rio Branco, que

fora ministro das relações exteriores e defensor do Amapá na disputa entre o Brasil e a França, o nome se deu como uma homenagem, porque nesta data se comemorava 50 anos do Laudo Suíço que deu ganho ao Brasil na disputa das terras (Silva, 2017).

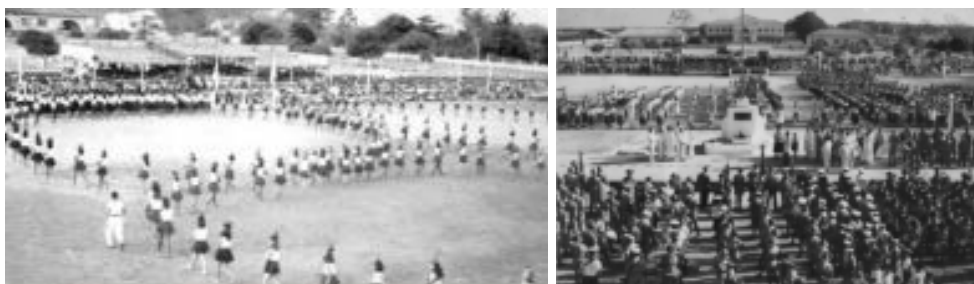


Figura 28. Praça do Barão na década de 50 (fonte: IBGE e Blog Porta-retrato, retiradas de Silva, 2017)

Segundo Silva (2017) as menções a prática do lazer esportivo são uma “característica marcante e peculiar que aparece na visualidade da Praça do Barão”, destinada também a recreação infantil, com playground e os aparelhos para exercícios para a população (Figura 29).



Figura 29. Brinquedos infantis e aparelhos para exercícios físicos na Praça do Barão, s.d. (fonte: IBGE e Blog Porta-retrato, retirado de Silva, 2017)

Com o Plano Grunbilf em 1960, a praça passa por um processo mudança da função recreativa ligada à escola para a praça ajardinada, devido ao crescimento das árvores e a implantação praças esportivas cobertas dentro da própria escola, dando assim lugar a função de lazer contemplativo, com as árvores e bancos na praça (Silva, 2017). As fotos a seguir (Figura 30), mostram o início da arborização da praça na década de 50 (à esquerda) e a praça já arborizada em 1963 (à direita).



Figura 30. Praça do Barão na década de 50 (à esquerda) e de 60, 1963 (à direita) (fonte: IBGE e Blog Porta-retrato, retirado de Silva, 2017)

A Praça do Barão do Rio Branco se consolida, atualmente, como um espaço de prática de esporte devido a grande área ocupada por quatro quadras e um enorme campo de areia (Figura 31) e como uma área de alimentação, por concentrar uma grande quantidade de barracas de fast-food (Figura 32) .

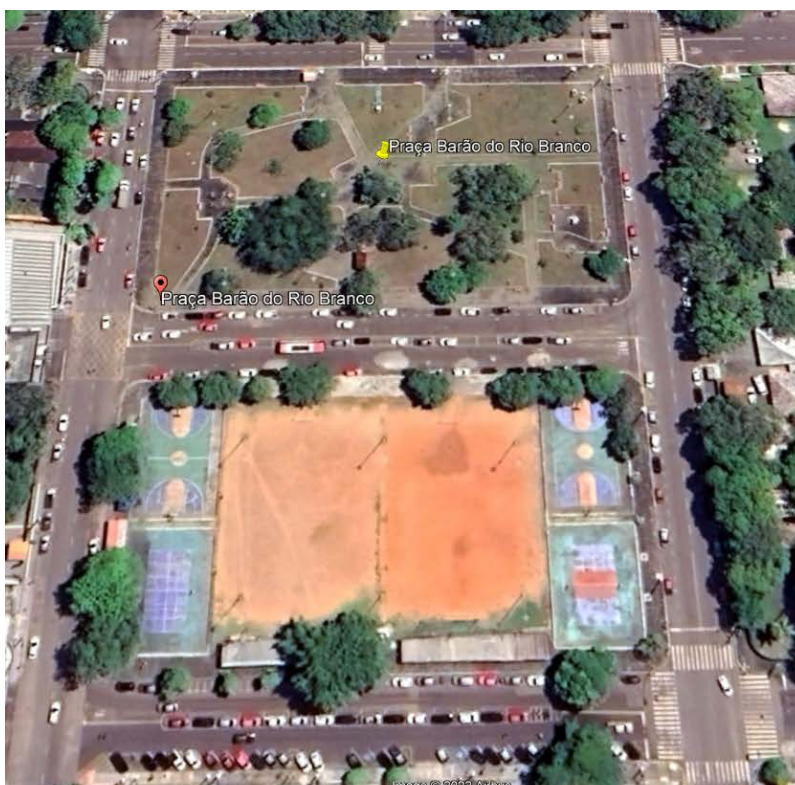


Figura 31. Vista a érea da Praça do Barão do Rio Branco, 2019 (fonte: Google Earth, 2022)



Figura 32. Foto Noturna da Praça do Barão, das áreas de alimentação e esporte (fonte: Grupo Pesquisa Memórias Urbanas – UNIFAP; Silva, 2017)

8. Considerações finais

É demonstrada neste estudo, a importância da atuação de Marquês de Pombal para a consolidação da ocupação de Portugal na Amazônia, o estabelecimento da maioria das vilas só é concretizado no período pombalino, assim como acontece em Macapá, que só foi fundada depois de setenta anos da primeira ocupação portuguesa na região.

Mais que estabelecer a ocupação da região, o marquês é um grande dinamizador do urbanismo português no Brasil, estabelecendo aqui características próprias, como acontece em Macapá, se

tornando pioneira no uso das duplas praças e do seu duplo eixo vertical, que delas se expandem para formar o restante do traçado da cidade.

A forma retangular das praças, que nada mais é do que a junção de quatro quadrados, forma simples mais comum no urbanismo português, é considerada uma composição elaborada para a época, fugindo do comum da praça quadrada como um elemento de subtração da malha, onde o formato da quadra é exatamente o formato da praça. A junção dos quadrados, formam eixos de expansão, a partir do centro da praça, para desenhar as quadras circundantes a elas, que se apresentam como retângulos de diferentes dimensões.

Fica claro que as duas praças estudadas, Veiga Cabral e Barão do Rio Branco, estabelecem o traçado urbano da vila, em 1761, e que estas representam mais do que eixos de expansão da cidade, expressando no campo simbólico e ideológico o domínio da coroa portuguesa e o contexto político estadual, através de seus nomes, nomes de ruas de seu entorno, da disposição dos edifícios públicos ao seu redor, de sua grandeza e da própria duplicidade.

Desde a fundação de Macapá, as praças tiveram papel fundamental para a cidade, os planos urbanísticos criados, desde o primeiro em 1960 (Grunbilf), passando pelo da Fundação João Pinheiro (1973), HJ Cole (1977), continuaram a dar destaque as praças como um equipamento urbano de lazer, de práticas de esporte, de encontro de pessoas e até mesmo como auxiliar na saúde da população e assim as Praças Veiga Cabral e do Barão do Rio Branco permaneciam com funções de importância.

Os planos propuseram projetos de reformas nas praças existentes que foram consolidadas nas duas praças estudadas, conforme mostram as alterações por elas sofridas. Foram criados também, projetos grandiosos de parques para a cidade de Macapá, nem todos foram executados, mas muitos deles fazem parte das principais áreas de lazer e turismo atuais, como o Monumento do Marco Zero, o Complexo da Beira-rio e o Complexo do Araxá.

Porém o último e atual plano urbanístico, o Plano Diretor de Desenvolvimento de Desenvolvimento Urbano de 2004, não estabelece reestruturações, ou criação de novas praças, se limitando a enquadrar a maioria das praças existentes que estão concentradas na área central da cidade, em área de turismo, patrimônio cultural e histórico, ou de preservação e lazer.

É preciso ressaltar que, dois grandes equipamentos urbanos que se destacam atualmente como os principais na área central da cidade, foram implantados após o PDDUA de 2004: A Praça Floriano Peixoto, que foi inaugurada em 1982, mas revitalizada entre 2014-2016 e o Parque do Forte, no entorno da Fortaleza de São José, inaugurado em 2006. O surgimento dessas duas novas praças na área central, fez com que a Veiga Cabral e a Barão do Rio Branco, perdessem a sua importância, e atualmente sofrem com problemas de vandalismo e falta de manutenção.

7. Referências

AMORAS, Fernando C.; VILHENA AMORAS, Aluana. “Presença europeia na Amazônia”. **Estação Científica (UNIFAP)**. Macapá: Unifap, Vol. 1, N. 1, pp. 17-22, dez. 2010.

ARAÚJO, Renata M. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Editorial FAUP, 1998.

ARAÚJO, Renata M. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo: Editora Unesp. Vol.20. n.1. p. 41-76. jan.- jun. 2012.

BRASIL. Poder Legislativo. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **O estatuto da cidade: explica as normas que compõem as diretrizes nacionais para o desenvolvimento das cidades, os princípios gerais e instrumentos da política urbana**. Diário Oficial [da] República Federativa do

Brasil, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 29/06/2020.

COLE, H. J. ASSOCIADOS S.A. Brasil. **Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo. Documento síntese**, Rio de Janeiro, 1977.

FONTANA, Riccardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII**. Brasília: Senado Federal, 2005.

GRUNBILF DO BRASIL. **Plano urbanístico da cidade de Macapá: Relatório**. Grunbilf do Brasil, São Paulo: Grunbilf do Brasil, 1960.

GONÇALVES, Maria de A. **Favela – território negro na cidade de Macapá**. IV Reunião Equatorial de Antropologia. XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, Fortaleza-CE, 2013.

LAZARO, João. **Foto Memória de Macapá: Antigo Relógio do Rotary Clube de Macapá**. Blog Porta-retrato, Macapá, 16 out. 2015. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2015/10/foto-memoria-de-macapá-antigo-relogio.html>. Acesso em: 07 nov. 2020.

MACAPÁ, PREFEITURA MUNICIPAL DE - PMM. **Plano de desenvolvimento urbano: análises**. Fundação João Pinheiro – Centro de desenvolvimento urbano, v. 01. Macapá, 1973a.

_____. **Plano de desenvolvimento urbano: proposições**. Fundação João Pinheiro – Centro de desenvolvimento urbano, v. 02. Macapá, 1973b

_____. Lei Complementar nº. 026/2004-PMM, de 20 de janeiro de 2004. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá**, Macapá-AP, 2004a.

_____. **Lei Complementar nº 029/2004 - PMM de 24 de junho de 2004. Ins titui as normas de uso e ocupação do solo no município de Macapá e dá outras providências**. Macapá-AP, 2004b.

_____. **Lei Complementar nº. 077/2011-PMM**, de 21 de janeiro de 2011. Al- tera a redação de dispositivos e anexos que menciona, da LC nº 029/2004 – alte- rada pela LC nº 044/2007-PMM, e da LC nº 026/2004 – PMM, alterada pela LC nº 045/2007-PMM, introduzindo novos dispositivos na referida LC. Macapá-AP, 2011.

_____. **Lei Complementar nº. 109/2014-PMM**, de 31 de dezembro de 2014. Altera os incisos e artigos da Lei Complementar nº. 077/2011-PMM (que alterou o Anexo II – Coeficiente de Aproveitamento do Terreno para aplicação dos Ins- trumentos Indutores do Desenvolvimento Urbano da LC nº 026/2004 – PMM, PDDUA e os dispositivos e anexos I, II, III e V da LC nº 029/2004-PMM) e artigos 81 e 83 e Mapa 6 – Macrozoneamento Urbano, do Anexo I – Mapas da Lei do PDDUA de Macapá da LC nº 026/2004 – PMM. Macapá-AP, 2014.

MACEDO, Luciana. **Janarismo em foco: a representação fotográfica da cidade de Macapá durante a formação do território do Amapá (1944-1956)**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 12, n. 3, p. 91-109, dez. 2019. ISSN 1984-4352. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>.

MARQUES, Cátia G. **Manique do Intendente: uma vila iluminista**. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura (Arquiteta), Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2004

MEIRELLES FILHO, J.C.S. 1500 – Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe – primeiros europeus na Amazônia. In: *Grandes expedições à Amazônia Brasileira – 1500 - 1930*. São Paulo: Metalivros, 2009.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SILVA, J. V. **Visualidades e Memórias das Praças do Rio Branco em Macapá Visualidades e Memórias das Praças Veiga Cabral e do Rio Branco em Macapá-AP**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Pernambuco. João Pessoa, 2017.

SILVA, Marcelle V.; PENA, Bárbara L. **Análise do plano diretor urbano de Macapá (2004) com ênfase na verticalização e no conforto ambiental**. In Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004/ José Alberto Tostes (org.). – Macapá: UNIFAP, 2020.

SILVA, Marcelle V. **A influência das praças no traçado urbano da cidade de Macapá: Praças Veiga Cabral e Barão do Rio branco**. 2020. Não publicado

SILVA, Suéllen C. de O. da. **Orlas fluviais das cidades de Macapá e Mantana: análise da dinâmica urbana**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

TAKAMATSU, Patrícia H. T.; ABREU, Guilherme C. L. dos S. O tecido urbano de malha ortogonal no contexto Amazônico: o caso da cidade de Macapá – Amapá.. In: Asociación De Escuelas Y Facultades Públicas De Arquitectura De América Del Sur, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/o-tecido-urbano-de-malha-ortogonal-no-contexto-amazonico--o-caso-da-cidade-de-macapá-----amapá-?lang=pt-br>> Acesso em: 14 mai. 2020.

TOSTES, J. A. ; CUNHA, A. P. . Cidade e História na Amazônia: Fortaleza de São José de Macapá - da gênese ao simbolismo do patrimônio. In: III ENANPARQ - Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014, São Paulo. ANAIS DO III ENANPARQ - Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo: ENANPARQ, 2014. v. 1. p. 170-172.

TOSTES, José A. e TAVARES, Ana P. C. **A evolução urbana de uma cidade no meio do mundo**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 01, n. 04, 2013, pp. 36-41.

UGARTE, A. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: DEL PRIORI, Mary; GOMES, F. dos S. (org.s). Os senhores dos rios da Amazônia, margens e história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.